



Patrícia Maciel Pereira

**As dificuldades de permanência nas
Universidades: Uma experiência dos
jovens do Programa de Apoio Estudantil da
Associação de Assistência ao Adolescente**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social do Departamento de
Serviço Social da PUC-Rio.

Orientador: Prof.^a Andreia Clapp Salvador

Rio de Janeiro
Setembro de 2016



Patrícia Maciel Pereira

**As dificuldades de permanência nas
Universidades: Uma experiência dos
jovens do Programa de Apoio Estudantil da
Associação de Assistência ao Adolescente**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof.^a Andreia Clapp Salvador

Orientadora

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof.^a. Tania Horsth Noronha Jardim

PUC-Rio

Prof.^a. Inez Terezinha Stampa

PUC-Rio

Prof.^a Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do
Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 05 de setembro de 2016.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Patrícia Maciel Pereira

Graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2007, realiza o seu mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (iniciado em 2014), desenvolvendo estudo na área de concentração “Serviço Social, Questão Social, Direitos Sociais”. Atualmente é assistente social na Associação de Assistência ao Adolescente. Tem experiência na execução e gestão de ações profissionais em Serviço Social, com ênfase na área de Assistência Social.

Ficha Catalográfica

Pereira, Patrícia Maciel

As dificuldades de permanência nas Universidades: Uma experiência dos jovens do Programa de Apoio Estudantil da Associação de Assistência ao Adolescente / Patrícia Maciel Pereira; orientadora: Andréia Clapp Salvador. – 2016.

88 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2016.

Inclui bibliografia.

1. Serviço social – Teses. 2. Educação Superior. 3. Desigualdades Sociais. 4. Ações afirmativas. 5. Assistência estudantil. I. Salvador, Andréia Clapp. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

*Aos estudantes universitários da Associação de
Assistência ao Adolescente que participaram
da pesquisa proposta por esse estudo.
Bem como, àqueles que vivenciam diferentes
experiências que dificultam sua permanência no
ensino superior.*

Agradecimentos

São muitas as pessoas que trilham nosso caminho, algumas diariamente nos encorajam e nos enchem de energia positiva. Outras, mesmo de longe, não nos deixam esquecer o quanto são importantes em nossa vida.

Quando fui aprovada para o mestrado da Puc-Rio, havia descoberto há pouco minha gravidez. Nesse momento de alegria, mas também de muita sensibilidade e incertezas tive o apoio dos meus familiares, amigos, colegas de profissão e professores, que me auxiliaram nos momentos bons e ruins e entenderam minhas ausências.

Ao meu lindo e amado filho Pietro, por todo o amor que sinto por ele. Pelo seu sorriso inocente e cheio de alegria. Minha inspiração em todos os momentos da vida.

À minha família pelo incentivo e dedicação durante toda a minha caminhada escolar e acadêmica. Em especial aos meus pais que me criaram de forma a valorizar as oportunidades e meu potencial intelectual. Como também dedicam seu tempo para cuidar do meu filho quando necessário.

À minha irmã Viviane e aos meus sobrinhos Hugo e Arthur que, sempre presentes, me encheram de alegrias, trazendo mais leveza para minha vida.

Ao meu companheiro, Jeferson, pela paciência em aturar minhas lamentações e mau-humor nestes anos de mestrado, principalmente na etapa final de construção da dissertação. Como também por ter se dedicado aos cuidados com nosso filho sempre que necessário.

À coordenadora de Serviço Social da AAA que compunha o quadro de funcionários em 2014 Noeli Lasalvia que me incentivou ingressar no Mestrado e flexibilizou meus horários de trabalho para que fosse possível minha presença nas aulas. E à colega Pedagoga da AAA Solange Lopes.

Aos professores do programa de pós-graduação da Puc-Rio pelo aprendizado e atenção. Em especial à minha querida e adorável orientadora Andreia Clapp Salvador pela dedicação, confiança e paciência.

Às professoras Tania Jardim e Simone Cazarin pela participação na Banca de Qualificação do Projeto de Mestrado.

Às professoras Inez Stampa e Tania Jardim pela participação na Banca de Defesa da Dissertação de Mestrado.

Aos meus amigos de graduação, que continuam presentes em minha vida dando força nessa minha trajetória e me proporcionando momentos de lazer.

Aos amigos e familiares, que de longe ou de perto, contribuíram para eu alcançar meus objetivos.

Resumo

Pereira, Patrícia Maciel; Salvador, Andreia Clapp. **As dificuldades de permanência nas Universidades: Uma experiência dos jovens do Programa de Apoio Estudantil da Associação de Assistência ao Adolescente.** Rio de Janeiro, 2016. 88p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente estudo discorre sobre a educação superior brasileira e a democratização do acesso e permanência dos estudantes nas universidades. Em nosso país, a continuidade dos estudos em nível superior ainda é extremamente difícil para grande parte da população, pois estas vivenciam a todo o tempo as desigualdades sociais existentes em nossa sociedade, como aponta este estudo. A partir de então, nos propomos a estudar as políticas de ações afirmativas, mais especificamente o sistema de reserva de vagas nas universidades, discutindo a necessidade da igualdade de oportunidades no que tange ao acesso ao ensino superior. São estudadas também as políticas de assistência estudantil, apresentando os objetivos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e a importância dessas para permanência dos estudantes em suas universidades, destacando os jovens que ingressam através do sistema de reserva de vagas nas instituições de ensino públicas e através do Programa Universidade Para Todos nas instituições de ensino privadas ou comunitárias. Dando ênfase a dificuldade de permanência do estudante desprovido de recursos financeiros e de grupos que vivem historicamente em condições de desigualdade social em concluir seus cursos nas universidades em que estão inseridos, o presente trabalho traz a experiência dos jovens universitários atendidos pela Associação de Assistência ao Adolescente, apresentando as dificuldades e possibilidades vivenciadas em sua trajetória universitária. O estudo evidencia os problemas vividos por estudantes das classes populares nas universidades e demonstra a necessidade de expansão e visibilidade das políticas de assistência estudantil para que de fato os estudantes que vivem em condições de desigualdades sociais possam ter suas necessidades de permanência atendidas e consequentemente, concluir seus cursos de forma satisfatória.

Palavras-chave

Educação Superior; Desigualdades Sociais; Ações Afirmativas; Assistência
Estudantil

Abstract

Pereira, Patrícia Maciel; Salvador, Andreia Clapp (Advisor). **The difficulties of staying in Universities: A youth experience the Student Support Program Assistance Association for Adolescents.** Rio de Janeiro, 2016, 88 p. MSc. Dissertation –Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This study discusses the Brazilian higher education and the democratization of access and retention of students in universities. In our country, the continuity of higher level studies is still extremely difficult for much of the population, as they experience the whole time the social inequalities in our society, as pointed out by this study. Since then, we propose to study the policies of affirmative actions, specifically the booking system of university places, discussing the need for equal opportunities in terms of access to higher education. Also studies the student assistance policy, with the objectives of the National Student Assistance Plan (PNAES) and its importance for the maintenance of students in their universities, highlighting the young people who access places through reservation system in public educational institutions and through the University for All Program in private or communitary educational institutions. Emphasizing the difficulty of staying faced by students bereft of financial resources and groups historically living in social inequality conditions in completing their courses in universities where they are inserted, this paper brings the experience of university students served by the Adolescent Care Association, presenting the difficulties and possibilities experienced in his college career. The study highlights the problems faced in universities by students from the popular classes and demonstrates the need for expansion and visibility of student assistance policies so that in fact the students living in social inequality conditions may have their stay requirements catered and therefore, conclude satisfactorily their courses.

Keywords

Higher education; Social Inequalities; Affirmative Action; Student Assistance

Sumário

1.	Introdução	12
2.	A Educação Brasileira numa perspectiva contemporânea	17
2.1.	A experiência da Educação Superior no Brasil	23
2.1.1.	O Ensino Superior pós Constituição Federal de 1988	25
3.	Políticas públicas no Ensino Superior	30
3.1.	Políticas de Ações Afirmativas	30
3.2.	Políticas de Assistência Estudantil	35
4.	Associação de Assistência ao Adolescente (A.A.A.) – Quem somos?	42
4.1.	O trabalho do Serviço Social na Associação de Assistência ao Adolescente	48
5.	A experiência com os estudantes universitários da Associação de Assistência ao Adolescente – a Pesquisa de Campo	52
5.1.	Perfil Socioeconômico dos estudantes da Associação de Assistência ao Adolescente	54
5.2.	O cotidiano dos jovens universitários nas suas instituições de ensino no que se refere aos aspectos econômicos, de convivência e educacionais – dificuldades e facilidades.	64
5.3.	A compreensão dos jovens universitários quanto aos programas de assistência estudantil oferecido pelas universidades	68
5.4.	O significado do Programa de Apoio Estudantil da Associação de Assistência ao Adolescente para os jovens universitários	72

6.	Considerações Finais	76
7.	Referências bibliográficas	80
8.	Apêndices	84
8.1.	Questionário socioeconômico	84

Lista de abreviaturas e siglas

FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores para Assuntos Comunitários e Estudantis
PNAES	Plano Nacional de Assistência Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
FMI	Fundo Monetário Internacional
USP	Universidade de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
IES	Instituições de Ensino Superior
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
PNE	Plano Nacional de Educação
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
MP	Medida Provisória
CSLL	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido
SIS	Síntese de Indicadores Sociais
GEMAA	Grupos de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa
Uenf	Universidade do Estado do Norte Fluminense
MEC	Ministério da Educação
Andifes	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior
IFES	Instituições de Ensino Superior
REUNI	Reestruturação e expansão das Universidades Federais
FESP	Fundo Emergencial de Solidariedade da PUC-Rio
PUC	Pontifícia Universidade Católica
A.A.A.	Associação de Assistência ao Adolescente
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

1

Introdução

O presente trabalho faz parte da área de concentração “Serviço Social, Questão Social, Direitos Sociais”. Esta opção pela linha de pesquisa advém do meu interesse em estudar sobre a questão da permanência no ensino superior enquanto direito do estudante.

O interesse pelo objeto em estudo surgiu junto com minha admissão enquanto assistente social na Associação de Assistência ao Adolescente. Em 2008, alguns meses após o término da graduação, fui convidada a compor o quadro de profissionais da Associação de Assistência ao Adolescente como assistente social, local onde já tinha feito estágio acerca de um ano. Nesta trajetória foi possível acompanhar a rotina dos jovens atendidos em busca do desejo de ingressar na universidade, bem como relatos das experiências vivenciadas pelos mesmos nesses espaços, incluindo suas dificuldades no que tange à permanência. Realidade esta que considerei instigante de ser apreendida.

As discussões e literaturas sobre acesso e permanência ao ensino superior apontam que estes são campos que necessitam de estudos mais profundos tendo em vista a complexidade existente e a histórica desigualdade no campo da educação vivenciada no país, que excluiu dos espaços da universidade estudantes oriundos das classes populares e de grupos que vivem em condições de desigualdade.

Entretanto, a partir dos anos 80, com o processo de redemocratização, os movimentos sociais iniciam uma árdua luta em busca de igualdade de oportunidades em diversos setores da sociedade, entre estes, a educação, mais especificamente o ensino superior. A busca incessante por um acesso mais universalizado e políticas públicas que viabilizassem a expansão do ensino superior ganha mais força com a discussão em prol de políticas de ações afirmativas como políticas de reconhecimento e enfrentamento da desigualdade existente, onde jovens oriundos de grupos que vivem em desigualdade social possam concorrer em igual oportunidade.

Nessa perspectiva, acrescento a essa discussão a importância também de políticas voltadas para permanência dos estudantes, principalmente os que ingressam

a partir das políticas de ações afirmativas, pois, em sua maioria, são oriundos de famílias que vivem em condições de vulnerabilidade. Nesse mesmo sentido, Zago pontua que “Uma efetiva democratização da educação requer certamente políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis, mas requer também políticas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional de ensino.” (Zago, 2006, p.228)

Para um entendimento mais amplo sobre a temática estudada, inicio o primeiro capítulo abordando brevemente sobre a história da educação no Brasil no período da colonização, e em seguida trago uma análise mais pautada na educação em sua perspectiva contemporânea, no sentido de acompanhar os avanços advindos do período de democratização do ensino. Como o foco do estudo está voltado para o ensino superior, discorro brevemente sobre a experiência do ensino superior no Brasil fazendo um paralelo com o sistema educacional construído após a Constituição Federal de 1988. É possível identificar nessa parte do trabalho que este segmento de ensino é, tradicionalmente, no país, local privilegiado de formação das elites.

Considerando a importância de políticas públicas no acesso ao ensino superior e na permanência dos estudantes nas universidades. No segundo capítulo discorro sobre a promulgação de políticas públicas de acesso e programas de permanência no ensino superior. Em relação ao acesso analiso o modelo de políticas de ações afirmativas e inicio a reflexão trazendo a experiência existente em outros países, bem como sua chegada ao cenário brasileiro, ressaltando o campo da educação, especialmente o ensino superior, através do sistema de reserva de vagas. Procuro analisar a necessidade dessas políticas para acesso de grupos que historicamente vivenciam desigualdades e têm nessa nova forma de ingresso uma real possibilidade de iniciar uma história diferente, jamais vivida na educação brasileira.

Quanto à questão da permanência, discorro neste capítulo sobre a importância da implementação e fortalecimento da política de assistência estudantil nas universidades, promovendo, assim, programas que apoiem o estudante e o fortaleçam diante das dificuldades para que possam concluir, com êxito, o curso escolhido. A relevância da assistência estudantil como mecanismo de democratização das oportunidades de acesso e permanência no ensino superior é reforçada pela cria-

ção do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), e com a implementação pelo Ministério da Educação, do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em 2007.

A partir de estudos do FONAPRACE, dos alunos de graduação das instituições federais de ensino superior, entre 2003 e 2004, 65% dos universitários precisavam de algum tipo de apoio institucional para assegurar sua permanência nos cursos e 48,2% vivenciavam risco de “vulnerabilidade social”. Não obstante, apenas a partir de 2008 é que o poder público, atendendo a antigas reivindicações das universidades e do movimento estudantil, passou a destinar recursos para este fim, através do PNAES.

Diante do exposto, algumas questões inquietam a pesquisadora, tais quais: Como enfrentar as desigualdades impostas pelo sistema que prevaleceu há décadas nas universidades que privilegiam os alunos de classes altas da sociedade? Como se manter na universidade custeando os gastos necessários para sua formação plena? Será que os programas de assistência estudantil existentes dão conta de atender também aos grupos que vivem em desigualdade social que ingressaram a partir das ações afirmativas? Para responder a essas indagações é necessário e relevante analisar com cautela as condições que os jovens universitários enfrentam em seus cotidianos.

Dessa forma, trago como objeto de estudo uma análise sobre a experiência dos jovens universitários atendidos pelo Programa de Apoio Estudantil da instituição Associação de Assistência ao Adolescente no que tange as dificuldades enfrentadas no interior das universidades em que estão inseridos.

Para tanto, discorro no terceiro capítulo sobre a história da Associação de Assistência, explicando sobre o Programa de Apoio Estudantil voltado a contribuir para a permanência do estudante em sua instituição de ensino. Apresento também o trabalho realizado pelo Serviço Social, que se apresenta através de atividades que complementam a concessão de benefícios para permanência do estudante.

No quarto e último capítulo apresento a pesquisa realizada com os universitários atendidos pela instituição, tendo como base o ano de 2015. A proposta é de apresentar a realidade vivenciada pelos jovens em suas instituições de ensino compreendendo os aspectos que permeiam o processo de permanência e acesso dos estudantes ao ensino superior.

Este estudo foi realizado através da abordagem quanti-qualitativa para que seja possível uma análise mais profunda dos dados obtidos na pesquisa. Segundo Minayo (1993), as investigações quantitativa e qualitativa são de natureza diferentes, a primeira “tem como campo de práticas e objetivos trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis. Deve ser utilizada para abarcar, do ponto de vista social, grandes aglomerados de dados, de conjuntos demográficos”, já a segunda “adequa-se a aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente”. Minayo explica que embora se diferenciem, essas investigações não são contraditórias:

A relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade não se reduz a um continuum, ela não pode ser pensada como oposição contraditória. Pelo contrário, é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais “ecológicos” e “concretos” e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa. (Minayo, 1993, p.247)

Para efetivação dos objetivos deste estudo, a técnica utilizada para a pesquisa de campo foi a aplicação de questionários com os estudantes atendidos pela instituição no Programa de Apoio estudantil.

O questionário, segundo Gil (1999, p.128), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

Assim, nas questões de cunho empírico, é o questionário uma técnica que servirá para coletar as informações da realidade, e servirá de base para a análise sobre o objeto estudado.

Para identificar as questões relativas à trajetória universitária dos estudantes o questionário foi composto também por questões abertas, que para Gil, “a principal vantagem das questões abertas é a de não forçar o respondente a enquadrar sua percepção em alternativas preestabelecidas”. No entanto, não foram em grande número as questões abertas para não se correr o risco de voltarem não respondidas devido requerem maior esforço por parte do respondente.

Dessa forma, o objeto deste trabalho destina-se a estudar a experiência dos jovens universitários atendidos pela Associação de Assistência ao Adolescente

identificando as facilidades e possibilidades vivenciadas em sua trajetória enquanto universitários. Para tanto tem como objetivos específicos:

- Traçar perfil socioeconômico dos jovens universitários participantes do programa de apoio estudantil;
- Compreender as possibilidades e dificuldades vividas pelos jovens durante a trajetória universitária;

2

A Educação Brasileira numa perspectiva contemporânea

A educação assume um papel particular no que confere a transmissão de valores, costumes, crenças e conhecimentos aos indivíduos. Contribuindo, dessa forma, diretamente para a vida em sociedade e perpetuando aprendizado, visão de mundo e ideologias. Pode-se dizer que a educação interfere ativamente no modo de organização de uma nação nos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais. Conforme apontou Marshall (1996) em seus estudos, “[...] O nível de educação de uma nação representa um importante indicador do padrão e da qualidade de vida dos indivíduos”.

Seguindo essa linha de pensamento, apontamos o quão importante se faz o processo educacional na construção do ser enquanto cidadão, sujeito de direitos e deveres e para o desenvolvimento de uma sociedade. No caso do nosso país, o crescimento da educação como base de desenvolvimento e construção de uma sociedade se inicia de forma perversa ainda no período de colonização.

No Brasil, a sistematização do ensino tem início no período colonial através de “catequeses” transmitidas aos índios, promovidas por missionários jesuítas que vinham ao Brasil difundir a crença cristã com o objetivo de conversão da população indígena ao catolicismo e submissão aos senhores para melhor adaptá-los à mão-de-obra. Nesse contexto, a educação principal era voltada para os senhores da classe dominante e para os filhos dos colonos, pois garantia para si lucros financeiros e formação de futuros sacerdotes. Esse modelo de educação permaneceu também por todo o período imperial e republicano, sem sofrer modificações estruturais em sua base.

Entretanto, com o crescimento e desenvolvimento do país surgem novas necessidades e é no período de industrialização, vivenciado pela sociedade brasileira a partir da década de 30, que a educação começa a apresentar mudanças em sua amplitude para atender também a classe trabalhadora. A demanda principal nesse período era educar os operários para qualificação às novas funções que surgiam nos seios das grandes indústrias. Com a industrialização, grande parte da população, passou a aprender a ler, escrever, a calcular, a ter contato com conteúdos disciplinares a fim de se capacitarem tecnicamente para exercerem ocupações profis-

sionais, pois o acelerado crescimento da economia industrial exigia um conhecimento sistemático. Conforme analisa Pereira (2015, p.30) no processo de industrialização “a escola assumiu grande importância no cenário em razão do seu papel de agente de socialização e como espaço da educação formal e intencional, organizada por diretrizes, métodos, regulamentos, entre outros”. O Brasil começa a adotar, a partir de então, um modelo de país mais desenvolvido tendo como base a educação, passando por períodos de redefinições, criando leis e resoluções na tentativa de dar conta de uma educação universalizada. Leis estas que foram ao longo do tempo passando por modificações com a promessa de melhor atender a sociedade brasileira.

No que tange ao campo dos direitos, duas leis merecem destaque: Constituição Federal de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Consideradas de suma importância no campo de conquistas para a população essas leis têm seus avanços, mas também são alvo de muitas críticas por trazerem traços neoconservadores que continuam por privilegiar em grande parte a elite do país.

A Constituição Federal Brasileira de 1988, em vigor até os dias atuais, nasce num período de grande transformação do país: a redemocratização. Período este que representa a força do povo brasileiro em prol da reestruturação de um estado democrático e de direitos. Nesse período, os movimentos sociais advindos de diversos setores da sociedade civil, os sindicatos dos trabalhadores iniciam grandes manifestações em prol de melhores condições de vida para a população, principalmente para afirmação de direitos.

Instituída como direito social, a educação é garantida pelo artigo 6 da Constituição: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. ” Esses direitos, juntamente com os civis e políticos constituem a base de uma sociedade democrática e precisam ser, portanto, fundamentados na realidade da sociedade brasileira para que tenham efetividade, pois até os dias atuais esta lei ainda está deficitária no que tange ao cumprimento dos princípios fundamentais que nela consta, ressaltando nesse texto o direito à educação.

Sabemos que educação envolve toda a influência que o indivíduo recebe durante a vida, é um processo de socialização, de construção de conhecimento, desenvolvimento intelectual e ético de uma pessoa e, com o advento da Constituição, a educação se efetiva como “Direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (CF/88, art.205)

Do artigo 205 da Constituição, seguiram-se algumas definições visando à efetivação desse direito à educação, que vai desde os princípios e regras da administração pública até as diretrizes que regem os currículos da educação escolar.

No que tange à educação escolar, a Constituição, no art. 206, garante que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

Nesse contexto, entendemos que os princípios para que o ensino brasileiro seja desenvolvido com qualidade existem e têm seu aparato legal. No entanto, quando nos deparamos com a realidade vivenciada pela sociedade brasileira, fica claro que ainda é necessária muita luta para que se tenha a efetivação de um ensino público universal, com qualidade e valorização dos profissionais de educação. Enquanto não houver respeito às demandas que o país apresenta, ficamos à mercê

de modelos que não se adequam à população e tampouco efetivam o ganho que se teve a partir de 1988 com a Constituição Federal Brasileira.

Ainda neste período de democratização, a década de 90 fomenta o debate por novas estratégias em prol de uma educação universal e de qualidade, e, em 1996, é criada a Lei das Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1996 - LDB. Comparada às leis anteriores, esta LDB é mais completa, reafirmou o direito à educação e representou significativos avanços em termos legais. A LDB estabelece os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública, definindo as responsabilidades, em regime de colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios através de processos de descentralização, definindo assim as ações que devem ser realizadas e quais os objetivos a serem atingidos conforme a realidade nas diferentes localidades.

Nesse período de criação da LDB o país passava por novas perspectivas, incentivadas a partir do modelo de governo neoliberal. E os debates em torno da educação continuavam intensos e esperançosos tendo em vista as novas legislações em vigor. Os movimentos sociais em prol de uma melhor educação no país traziam com grandes críticas em torno da legislação, tendo em vista que, apesar de inovações em termos legais, a lei ainda estava mais direcionada para atender às demandas da elite.

Nesse contexto, apesar do caráter inovador que a LDB assume, ainda é insuficiente para atender as necessidades de melhoria do sistema educacional frente às tendências econômicas e políticas do país, as quais são direcionadas para atender ao modelo neoliberal. Estamos completando 20 anos de LDB e a política educacional no Brasil ainda tem sido de exclusão e de manutenção dos privilégios de minorias, marcada pela mercantilização do ensino e desvalorização da escola pública.

Diante das dificuldades enfrentadas pela política educacional e frente ao crescimento deste processo de privatização e mercantilização do ensino, um grupo de pesquisadores, como a professora Vera Peroni (2006), defende a tese de que várias propostas para a reforma do sistema educacional brasileiro têm por objetivo transformar a educação em mercadoria. Esses pesquisadores geralmente incluem,

em seus argumentos, críticas à globalização, a ideais neoliberais e a interesses implícitos para a privatização do ensino público.

Ainda Vera Peroni (2006) segue afirmando que a globalização e o neoliberalismo têm causado muitas mudanças na esfera do Estado, da produção, do mercado e também na área ideológica/política/cultural, criando uma racionalização instrumental que subordina direitos sociais, como a educação pública. Um exemplo dessas mudanças são as influências que as organizações transnacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial exercem na discussão dos objetivos da educação.

O poder dos organismos internacionais é cada vez mais crescente e se destacam tanto nas políticas econômicas quanto nas sociais. Como política social, a educação é duramente atingida tendo em vista que estes organismos internacionais são voltados a atender a lógica do capital, ou seja, da classe dominante. São organizações que trazem o ideário de modernização/globalização, mas também determinam diretrizes e estratégias internacionais para o país, trazendo reformas neoliberais que se aprofundam e marcam piedosamente o ensino brasileiro.

Ney Almeida também discute a política educacional trazendo essa reflexão sobre a influência do neoliberalismo e a lógica da mercantilização do ensino no país:

Inegavelmente os horizontes postos para a educação brasileira têm sido desenhados a partir do papel desempenhado pelos organismos multilaterais na formulação de diagnósticos da realidade social e educacional e das diretrizes para as políticas públicas dos países periféricos. Muito embora a atuação do Banco Mundial, por exemplo, já ocorra no Brasil desde os anos 50, a partir das ações de financiamento ao desenvolvimento de projetos de educação, sua atuação mais estratégica se consolidou nas últimas décadas do século passado em função do avanço neoliberal. (Almeida, 2013, p.244)

Segundo o autor, as diretrizes do Banco Mundial estão para atender aos interesses da burguesia internacional que atuam cada vez mais na ampliação de seus negócios. Assim,

Concorrem para o novo papel assumido pelo Banco a combinação de um conjunto bem amplo de processos e necessidades econômicas globais, dentre as quais destacamos: a forte expansão do setor privado de serviços, a demanda por mão de obra qualificada para atender às novas necessidades de inserção no mercado de trabalho, a consolidação de novos paradigmas de gestão da qualidade dos produtos e servi-

ços, a flexibilização das relações e processos de trabalho e a disseminação de uma cultura de valorização do consumo. (Almeida, 2013, p.245)

Diante do exposto, fica clara a necessidade de políticas públicas que efetivam os direitos constitucionais conquistados através de muita luta da sociedade civil organizada para que o sistema educacional garanta uma maior qualidade de ensino e para que através do processo de democratização do ensino superior, os estudantes superem o quadro de desigualdade que historicamente constitui a educação brasileira.

Essa breve análise sobre a realidade educacional do Brasil, sua história de conquistas e retrocessos nos faz entender melhor sobre a necessidade que o país ainda tem de superar o que fora construído e traçar rumos diferentes formulando propostas condizentes com a realidade de desigualdade que a sociedade vive. A análise de Marçal Ribeiro (1990) é bastante pertinente a esta questão:

A história mostra que a educação escolar no Brasil nunca foi considerada como prioridade nacional: ela serviu apenas a uma determinada camada social, em detrimento das outras camadas da sociedade que permaneceram iletradas e sem acesso à escola. Mesmo com a evolução histórico-econômica do país (...); mesmo tendo, ao longo de cinco séculos de história, passado de uma economia agrária-comercial-exportadora para uma economia baseada na industrialização e no desenvolvimento tecnológico; mesmo com as oscilações políticas e revoluções por que passou, o Brasil não priorizou a educação em seus investimentos político-sociais e a estrutura educacional permaneceu substancialmente inalterada até nossos dias, continuando a agir como transmissora da ideologia das elites e atendendo de forma mais ou menos satisfatória apenas a uma pequena parcela da sociedade. (Ribeiro, 1990, p.15)

Assim, torna-se necessário que o processo educacional se fortaleça direcionando também estratégias de desenvolvimento que iniciam no primeiro nível de alfabetização do aluno, para que todos os cidadãos tenham iguais oportunidades de chegar ao ensino superior.

No que diz respeito ao ensino superior o processo de democratização provocou um movimento de expansão, como criação de novos cursos e instituições de ensino. No entanto, esta expansão ainda é pouco expressiva e também perpassa por dificuldades de concretização que são historicamente vivenciadas, como estu-

2.1 Experiência da Educação Superior no Brasil

A educação superior no Brasil, historicamente não foi considerada como um espaço de importância no cenário do país. Seu surgimento deu-se de forma tardia, em relação ao restante dos outros países das Américas espanholas e Inglesas, que tiveram acesso ao ensino superior já no período colonial.

A educação em nível superior, no período de colonização do Brasil encontra considerável resistência por parte de Portugal, que tinha dois grandes objetivos quando aportou em terras brasileiras: a fiscalização e a defesa. Durante longo período de tempo, as únicas iniciativas na área de educação vieram dos jesuítas e estavam voltados para a catequese religiosa. Os altos funcionários da Igreja e da Coroa e os filhos dos grandes latifundiários tinham que ir à Europa para obter formação universitária, e o destino era principalmente Coimbra. “Não seria exagero afirmar que Portugal, através da Universidade de Coimbra, exerceu, até o fim do Primeiro Reinado, uma grande influência na formação de nossas elites culturais e políticas” (Fávero, 1977, p.20). O restante da população não tinha acesso à educação básica, escolarização e sequer ao ensino superior, fato que demonstra a força que a elite brasileira desde então mantém na sociedade.

A chegada da Família Real ao Brasil, em 1808 provocou algumas mudanças no cenário do país, como a criação de algumas escolas superiores: Academia Real da Marinha e, em 1810, a Academia Real Militar, cujos interesses eram de atender à formação de oficiais e engenheiros civis e militares, o que de certo muito contribuiu para favorecer a defesa militar da Colônia. Ainda em 1808 foram criados os cursos de Cirurgia, na Bahia, que se instalou no Hospital Militar, e os de Cirurgia e Anatomia, no Rio de Janeiro, aos quais foi acrescido mais tarde o de Medicina. Por outro lado, sendo necessária a criação de técnicos que atendessem outras necessidades da Corte, foram criados, no mesmo período, na Bahia, cursos de: Agricultura, Química, Desenho Industrial e Economia. No Rio de Janeiro foram fundados o laboratório de Química e o curso de Agricultura. No entanto, a educação brasileira continuou retrógrada quando comparada a outros países das colônias espanholas.

Com isto, podemos perceber que a vinda da Família Real para o Brasil constituiu um marco na história do ensino brasileiro. No entanto, também “não seria exagero afirmar que as escolas criadas pelo Príncipe Regente não nasceram da preocupação e necessidade de se elaborar e se desenvolver um modelo cultural brasileiro” (Fávero, p.22). Assim, o fato dos cursos surgirem para atender a elite do país e serem ministrados em faculdades isoladas, marcou de forma contundente o ensino superior no Brasil e explica muitas distorções que até hoje estão presentes em nosso sistema.

Somente em 1920, foi instituída pelo Decreto nº 14.343, de 07 de setembro de 1920, a Universidade do Rio de Janeiro, considerada a primeira na história da educação brasileira¹. De acordo com este Decreto, a Universidade ficou constituída por algumas Faculdades profissionais já existentes na Capital – as Faculdades de Medicina e de Direito e a Escola Politécnica. Desde então, começou a surgir nas décadas seguintes, lentamente, novas universidades para atender a classe dominante do país, bem como institutos tecnológicos em todo o território nacional. Em 1934, foi criada a Universidade de São Paulo, a USP, que inovava por trazer o tripé ensino-pesquisa-extensão e em 1961 é fundada mais uma universidade que se mantinha no mesmo padrão de modernidade: a Universidade de Brasília, UnB. Ainda sim, com quantitativo maior de universidades o acesso era para aquele estudante oriundo de família de classe alta.

Nesse contexto, fica evidenciado que o espaço da universidade foi ao longo do tempo privilégio das classes mais favorecidas economicamente. Essa conjuntura marcou a histórica desigualdade no acesso ao ensino superior, principalmente o público, deixando à margem os grupos menos favorecidos economicamente e que vivem em condições de desigualdades, como os negros e índios.

Entretanto, após o processo de redemocratização do país, os movimentos sociais ganharam força para lutar por políticas públicas que venham efetivar os direitos sociais, como a educação. No caso do ensino superior, a briga foi por políticas que garantissem a democratização e expansão das universidades, tendo em vista a trajetória elitista em que se constituiu.

¹ Segundo Fávero, em 1909 surge a Universidade de Manaus e em 1912 a Universidade do Paraná, ambas como instituições “livres” a que as condições do meio não permitiram senão uma existência efêmera e precária.

2.1.1

O Ensino Superior pós Constituição Federal de 1988

A desigualdade no acesso ao ensino superior acontece desde seus primórdios, conforme mostramos anteriormente. Mas a partir da promulgação da Constituição, com a efetivação da educação como direito fundamental ao ser humano, foi possível começarmos a traçar novos caminhos em vistas à universalização do ensino e expansão do acesso à população, especialmente àqueles que vivenciam a desigualdade e a falta de oportunidade de ingressar nas universidades.

A criação da Constituinte marca um período de fatos decisivos e contraditórios no campo da educação superior, de um lado a garantia via Constituição e por outro uma forte influência do projeto neoliberal.

O modelo neoliberal que chegou ao Brasil no início da década de 90 trouxe mudanças, principalmente no aspecto econômico, com a proposta de modernização do país. No campo econômico propunha uma diminuição dos gastos estatais em virtude do desenvolvimento do mercado, baseado principalmente no crescimento econômico dos serviços. Nesse sentido, as estratégias seriam as privatizações dos serviços estatais e a diminuição dos gastos públicos em políticas sociais, dentre estas a educação.

No que tange a educação, podemos observar que o ensino superior no país também passa pela lógica das privatizações, e a partir de meados da década de 1990 medidas para a expansão do acesso através da criação de novos cursos e instituições de ensino foram estabelecidas. Como nos indica o Censo de Educação Superior de 2011², representado no quadro abaixo, a partir de 1995 o ensino superior, que esteve estagnado por um período de tempo na década de 1980, volta a crescer.

O quadro a seguir³ mostra a expansão da educação superior e aponta para um crescimento maior de instituições privadas quando comparamos o quantitativo de matrículas realizadas.

² BRASIL/INEP. Censo da Educação Superior – 2011. Consulta em: <http://www.inep.gov.br> em 7/8/2014.

³Sinopses Estatísticas da Educação Superior: Número de Cursos, Matrículas, Concluintes, Vagas Oferecidas, Candidatos Inscritos e Ingressos em Cursos de Graduação - Presenciais e a Distância,

Cursos / Matrículas / Concluintes / Vagas / Inscritos / Ingressos / Categoria Administrativa	Total Geral				
	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável
Número de Cursos	32.878	18.609	7.856	6.413	-
Pública	11.036	5.507	4.372	1.157	-
Federal	6.177	3.417	2.153	607	-
Estadual	3.781	1.440	1.884	457	-
Municipal	1.078	650	335	93	-
Privada	21.842	13.102	3.484	5.256	-
Matrículas	7.828.013	5.309.414	1.466.635	1.029.767	22.197
Pública	1.961.002	1.192.196	604.623	142.289	21.894
Federal	1.180.068	764.979	334.688	63.118	17.283
Estadual	615.849	297.798	240.067	73.397	4.587
Municipal	165.085	129.419	29.868	5.774	24
Privada	5.867.011	4.117.218	862.012	887.478	303
Concluintes	1.027.092	603.904	217.059	206.129	-
Pública	241.765	140.876	83.520	17.369	-
Federal	128.084	83.480	37.759	6.845	-
Estadual	89.602	40.209	40.276	9.117	-
Municipal	24.079	17.187	5.485	1.407	-
Privada	785.327	463.028	133.539	188.760	-

Dessa forma, fica nítido que o ensino superior no Brasil esteve em constante ascensão nos últimos anos, sendo o quantitativo de IES privadas significativamente maior que das IES públicas, o que aponta para uma democratização de acesso viabilizada pela lógica governamental de privatizações que perpassa, claramente, o sistema educacional.

Outra mudança trazida pelo neoliberalismo é a intervenção dos organismos financeiros internacionais, como o FMI, Banco Mundial e o BID, na construção de regras e estratégias para a educação do país. Na experiência da educação superior, o ensino deve seguir o padrão de globalização, visando maior capacitação ao mercado de trabalho, atendendo, assim, aos interesses do capital.

Diante desse cenário, novas estratégias foram criadas pelo governo. Em 2001, o Plano Nacional de Educação- PNE 2001-2010 estabeleceu diretrizes e metas para a educação brasileira em todos os níveis de ensino, destaca-se no nível superior as seguintes: previu o aumento de jovens entre 18 e 24 em 30% neste nível de ensino; a criação de um amplo sistema interativo de educação à distância; maior flexibilidade na formação e ampliação da oferta de ensino por meio da criação de cursos noturnos e sequenciais; a criação de políticas inclusivas à educação

por Organização Acadêmica e Grau Acadêmico (Bacharelado, Licenciatura, Tecnólogo e Não Aplicável), segundo a Categoria Administrativa das IES - 2014

superior e estimular as instituições públicas a adotarem programas de assistência estudantil para apoiar estudantes carentes com bom desempenho acadêmico, entre outras (BRASIL, 2001).

Para atender às novas exigências do PNE, foram propostas políticas inclusivas e ações afirmativas, tais como o PROUNI (Programa Universidade Para Todos) e as políticas de cotas sociais e raciais. A criação PROUNI, em 2004⁴, possibilitou acesso principalmente aos jovens oriundos de camadas populares, historicamente excluídos do ensino superior. Este programa O PROUNI, por sua vez, tem como objetivo a reserva de vagas para alunos de baixa renda em instituições privadas de ensino superior. Foi criado pela MP nº 213/2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Seu objetivo é universalizar o ensino superior no Brasil. É dirigido aos estudantes provenientes do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos. Atua, portanto, por meio de concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. A instituição que adere ao PROUNI fica isenta do Imposto de Renda, do CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) e Cofins (Contribuição para o Programa de Integração Social). Esse programa constitui-se em política de inclusão a partir do momento em que expandi o quadro de vagas e democratiza o acesso, no entanto, não estabelece metas para uma melhor qualidade no ensino e tampouco cria alternativas para assistência ao aluno contribuindo para sua permanência e conclusão do curso.

Já as políticas de ações afirmativas foram implementadas em algumas universidades públicas, como a experiência do Estado do Rio de Janeiro, pelo sistema de cotas. O governo, pressionado pelos movimentos sociais, sancionou a lei 4151 em setembro de 2003, que instituiu o sistema de cotas sociais e raciais na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Através do sistema de reserva de vagas para determinados grupos, esta lei democratiza o acesso de estudantes de classe popular, oriundos da rede pública de ensino, como também de negros, pardos e indígenas na universidade. Essa experiência trouxe para a universidade estadual uma realidade diferenciada, pela primeira vez, estudantes que vivem em condi-

⁴Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005.

ções desiguais tiveram a oportunidade de acesso ao ensino superior e a universidade passou, então, a constituir um espaço diversificado, menos elitizado.

A partir da criação desses programas, foi possível identificar um elevado crescimento do acesso ao ensino superior. De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais (SIS) de 2015, do total de estudantes na faixa etária entre 18 e 24 anos, parcela de 32,9% frequentava o ensino superior em 2004. Dez anos depois, em 2014, dos estudantes dessa mesma faixa etária, 58,5% estavam frequentando faculdade⁵.

No entanto o acesso facilitado não é garantia de permanência e equidade aos alunos ingressantes nas IES públicas e privadas. Ao passo que o número de estudantes cresce, novas necessidades vão surgindo, como as de permanência dos universitários em seus cursos. Visando auxiliar estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior, em 2007, foi criado o Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, de 12 de Dezembro de 2007, que representa um marco histórico e de importância fundamental para o ensino superior, especificamente para a questão da assistência estudantil nas instituições de ensino federais.

Ao estudar sobre o programa de assistência estudantil no interior da universidade, Magalhães aponta que o PNAES

Vem como resposta a necessidade de garantir uma permanência qualificada no ensino superior público, em especial para os estudantes que se encontram em condição econômica e social diferenciada, e visa viabilizar a igualdade de oportunidades e minimizar as situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. (Magalhães, 201, p.70)

Sendo assim, fica claro que as políticas para expansão do acesso ao ensino superior devem vir seguidas de políticas para permanência, pois os custos para que o estudante permaneça na universidade como transporte, alimentação, xerox, livros, são altos. Podemos citar também as dificuldades que os estudantes têm em relação aos aspectos educacional, cultural e de convivência que podem vir a dificultar a permanência e até mesmo levar à evasão. Evidencia-se, então, que é necessário um conjunto de ações para que o estudante tenha condições de melhor aproveitamento acadêmico.

⁵ Informação Portal Brasil acessada pelo endereço www.brasil.gov.br. Acesso em setembro/2016.

Entretanto, é necessário atentarmos que apesar da criação do PNAES nas universidades federais, os recursos destinados ainda são insuficientes para atender ao quantitativo de estudantes que necessitam desta assistência. Além disso, sabemos que é preciso ampliação e criação de programas de assistência estudantil nas demais universidades públicas e privadas.

Importante ressaltar que a conquista por esses programas implementados pelo governo foi fruto de esforços da sociedade civil, representada por movimentos sociais, principalmente, por segmentos que vivem em condições históricas de desigualdade social.

No capítulo seguinte apresentaremos breves considerações em torno da garantia do acesso e permanência do estudante no ensino superior, apresentando o modelo de políticas de ações afirmativas e políticas de assistência estudantil no interior das universidades.

3

Políticas Públicas no Ensino Superior

Desde a primeira década do século XXI a demanda pelo ensino de nível superior aumentou significativamente tendo em vista as novas exigências trazidas pela globalização para maior qualificação do jovem no mercado de trabalho e a pressão dos movimentos sociais por políticas que promovessem igualdade no acesso ao ensino superior. Diante da demanda apresentada, os governos, principalmente a nível federal, passou a implementar e ampliar programas de democratização de acesso proporcionando ampliação de vagas nas instituições de ensino que contribuíram para um começo de uma nova história de acesso dos estudantes nos espaços da educação, principalmente a de nível superior.

Entre as diversas políticas e programas desenvolvidos e implementados no país, este capítulo tem por objetivo identificar as contribuições geradas pelo sistema de cotas nas universidades a partir das políticas de ações afirmativas, pois suas ações viabilizam o acesso dos jovens à educação superior do país. Como também as contribuições trazidas pela política de assistência estudantil nas universidades tendo em vista que a necessidade do estudante universitário ultrapassa a questão do acesso, e é marcada também pelas dificuldades vivenciadas em sua trajetória universitária. Apontamos, assim, a assistência estudantil como uma das estratégias fundamentais para que estes estudantes permaneçam em suas universidades até a conclusão de seus cursos.

Nesse contexto, as duas próximas seções que contemplam esse capítulo discorre sobre esses dois modelos de políticas, consideradas fundamentais para a diminuição da desigualdade historicamente construída.

3.1

Políticas de Ações Afirmativas

O Estado brasileiro vem, principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, reconhecendo os direitos coletivos e as demandas sociais que

existem para além do âmbito dos direitos individuais. Nesse sentido, temos presenciado diferentes iniciativas públicas que partem do reconhecimento de desvantagens sociais experimentadas por grupos que vivem situação histórica de desigualdade social (como mulheres, negros, índios, deficientes, homossexuais e outros) através de políticas públicas a eles destinadas, ainda que limitadas, que se propõem a remediar as desigualdades.

Especialmente o movimento negro e organizações populares constitutivas da classe trabalhadora do país, lutaram de forma a conquistar políticas públicas capazes de oferecer, a grupos que historicamente estiveram à margem da sociedade, acesso às universidades e ao mercado de trabalho. Nesse sentido, as ações afirmativas são implementadas no Brasil como medidas reparadoras, voltadas a reverter a histórica situação de desigualdade e discriminação a que estão submetidos grupos específicos (negros, indígenas, mulheres, entre outros), que vem se consolidando, sobretudo, no campo da educação superior e no mercado de trabalho.

As políticas de ações afirmativas desde sua implementação no Brasil, é alvo de muitos estudos e possui diferentes definições. Segundo o Grupo de Estudos Multidisciplinares sobre Ações Afirmativas, o GEMAA⁶:

Ações afirmativas são políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão sócio-econômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural. (GEMAA, 2011)

Nesse contexto, entendemos que as ações afirmativas são políticas públicas que ao promoverem o acesso, neutralizam a discriminação existente na sociedade que exclui determinados segmentos.

No campo jurídico e normativo, Gomes (2001) pontua que as políticas de ações afirmativas se definem em dois momentos. No primeiro, como um mero “encorajamento” do Estado a que as pessoas com poder decisório nas áreas públicas e privadas levassem em consideração nas suas decisões sensíveis aos temas

⁶O GEMAA (Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa) é um grupo de pesquisa dedicado ao estudo das ações afirmativas, com inscrição no CNPq e sede no IESP-UERJ. Atualmente desenvolve um conjunto de projetos de pesquisa sobre as ações afirmativas no contexto brasileiro e mundial, a partir de uma variedade de abordagens metodológicas e objetivos. Além disso, organiza eventos e discussões sobre o tema das ações afirmativas no Brasil.

educação e acesso ao trabalho, fatores como raça, cor, sexo e a origem nacional das pessoas, meramente irrelevantes pela maioria dos responsáveis políticos e empresariais. Em um segundo momento, em constatação à ineficácia de procedimentos clássicos de combate à discriminação, deu-se início na alteração conceitual do instituto, que passou a ser associado à ideia de realização da igualdade de oportunidades através de cotas rígidas de acesso de representantes de minorias a determinados setores do mercado de trabalho e a instituições educacionais.

Em suma, as ações educativas atuariam como mecanismo de incentivo à educação e ao aprimoramento dos jovens integrantes de grupos minoritários, que invariavelmente assistem ao bloqueio e ao crescimento individual, vítimas das sutilezas de um sistema jurídico, político, econômico e social concebido para mantê-los em situação de excluídos (Gomes, 2001).

Tendo em vista esse conceito, a política de ações afirmativas se constitui como instrumento de concretização da igualdade de oportunidades, eliminando as desigualdades historicamente acumuladas e para compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização decorrentes de motivos variados como raça, religião, gênero, entre outros.

A diversidade de sentidos que ganha as políticas de ações afirmativas no Brasil, em grande parte, reflete os debates e experiências históricas dos países em que foram desenvolvidas.

A expressão ações afirmativas tem origem nos Estados Unidos, país que até hoje tem influência nos estudos acerca do tema. Como afirma Almeida (2003, p.38) o termo foi cunhado pelo presidente Kennedy e foi na administração Kennedy-Johnson que as políticas afirmativas ganharam maior alcance. Inicialmente, referiam-se às oportunidades iguais no emprego. Posteriormente, a categoria gênero foi incluída e, já no início dos anos 70, uma emenda garantiu que a mesma orientação fosse aplicada também a instituições educacionais. Esse conjunto de medidas procurava coibir a segregação e a discriminação raciais e, visava criar as condições de igualdade de oportunidades educacionais, de vida e de trabalho entre todos os estadunidenses.

Entretanto, os Estados Unidos não foi o primeiro a experimentar essa política. Como nos explica Santos (2012, p.402), a institucionalização das ações afirmativas ocorreu inicialmente na Índia: em um contexto marcado pela descolonização,

um intelectual indiano, Bhimrao Ramji Ambedkar, foi o mentor de um sistema de cotas para as castas. A reserva de vagas foi aplicada aos intocáveis (dalits), minorias religiosas, tribos e castas que estavam entre os intocáveis e os djiva. O argumento foi que um “tratamento especial” deveria ser dado para os dalits e determinados grupos, já que não havia representação proporcional ao seu percentual na população da Índia. Desde 1948, o sistema de cotas consta na Constituição do país e se estende aos órgãos legislativos, ao serviço público e às instituições de ensino. Esse sistema é diferenciado em relação a cada grupo, pois isso implica o seu reconhecimento oficial, não se tratando, portanto, de um direito individual.

Santos (idem) aponta que a Malásia foi outro país asiático a adotar as ações afirmativas por meio da instituição de um sistema de cotas, em 1971, para os malaios e determinadas tribos, como os bamiputras ou bumiputeras; a lógica se assemelha ao sistema adotado na Índia.

Diante das diversas experiências, as ações afirmativas foram assumindo formas e variou de acordo com as situações existentes em cada país. No caso do Brasil, existem ações afirmativas através de cotas para ingresso no mercado de trabalho para pessoas com necessidade especiais, para mulheres, para negros, mas, sem dúvidas, as políticas de ações afirmativas mais visíveis e polêmicas são as políticas que democratizam o acesso ao ensino superior.

No caso do ensino superior, as políticas de ações afirmativas foram implementadas em universidades públicas, privadas e/ou comunitárias através de sistema de cotas e bolsas de estudos, provocando maior democratização no acesso, como pontua Andréia Clapp Salvador,

Com a proposta de realizar uma inserção mais direcionada esta nova conjuntura trouxe para as universidades um novo perfil de alunado, estudantes oriundos de classes populares, negros e negras, indígenas, entre outros grupos, o que tem provocado uma reestruturação, e mesmo desestabilização, das relações sociais habituais. (Salvador, 2013, p.126)

A experiência que se destaca no Brasil é da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade do Estado do Norte Fluminense (Uenf) que foram as primeiras universidades brasileiras a instituírem, em 2002, cotas sociais e raciais e para alunos oriundos de escolas públicas como critério de admissão. E foi no ano de 2003 com a publicação do resultado do vestibular da UERJ que o deba-

te sobre as políticas de ações afirmativas como forma de acesso ao ensino superior ganhou mais contorno.

Através do sistema de cotas nas universidades públicas, a políticas de ações afirmativas ganhou reconhecimento, principalmente, como política de inclusão voltada para determinados grupos historicamente subalternizados, no entanto, seu campo de intervenção é muito maior. Essa abrangência é destacada por Joaquim Barbosa Gomes (2001), que pontua como um dos principais alcances das ações afirmativas a busca pela efetivação da igualdade de oportunidades ao ponto que “nasce deste princípio a noção da necessidade de se extinguir ou de pelo menos mitigar o peso das desigualdades econômicas e sociais e, conseqüentemente, de promover a justiça social”. E prossegue dizendo que dessa nova visão surgiu, em diversos ordenamentos jurídicos nacionais e na esfera do Direito Internacional dos Direitos Humanos, políticas sociais de apoio e promoção de determinados grupos socialmente fragilizados. E, então, emerge o sujeito de direito concreto, historicamente situado, com especificidades e particularidades, um indivíduo “especificado” considerando categorizações relativas ao gênero, idade, etnia, raça. Este indivíduo será o alvo dessas novas políticas públicas, denominadas ações afirmativas (Gomes, 2001).

Faz-se importante ressaltar que o conceito de igualdade de oportunidades também está presente na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, caput, Título II. Mas mesmo que a garantia da igualdade esteja formalmente assegurada na Constituição, são muitos os indivíduos que permanecem sem ter acesso às oportunidades mínimas em termos de educação, trabalho, política, saúde, moradia, enfim, acesso ao exercício pleno da cidadania, e são deixados à margem da convivência social e da experiência de participação numa sociedade democrática.

Nesse sentido, a política de ações afirmativas se firma para promover uma igualdade de oportunidades de acesso ao ensino superior, através do sistema de cotas, os jovens que vivem em condições de desigualdade social, tais como os negros, indígenas. Reparando, dessa forma, uma situação de desigualdade historicamente vivenciada por esses segmentos.

No entanto, no caso da reserva de vagas para acesso ao ensino superior é necessário que se pense além, pois quando os jovens de grupos que vivem em condições de desigualdade social e os oriundos de classes populares têm acesso às

universidades precisam de apoio para permanecerem até a conclusão de seus cursos, pois são estudantes que necessitam, em sua maioria, de assistência nos aspectos financeiro, cultural educacional.

Diante dessa reflexão, acrescentamos a essa discussão a importância de práticas que tragam para os espaços das universidades programas de assistência estudantil num contexto que possa atender aos que dela necessita.

3.2

Política de Assistência Estudantil

A expansão do acesso ao ensino superior, acompanhada das políticas de inclusão vem ampliando, especialmente, o acesso dos grupos que vivem em condições desiguais e dos estudantes oriundos das classes populares às instituições de ensino superior. Quando chegam ao espaço da universidade esses estudantes se deparam com diferentes formas de sociabilidade e aprendizado, diversidades culturais e exigências materiais como compra de livros, xerox, transporte e alimentação. Essas novas necessidades, por vezes, são consideradas dificuldades para que esses grupos permaneçam na universidade tendo em vista as condições de desigualdade social e econômica que vivenciam.

Para estes estudantes, muitas vezes, ingressar no ensino superior é um sonho que vira realidade e também mais um obstáculo a ser vencido na trajetória de vida. São estudantes que rompem a barreira da escolaridade no seu meio de origem, que se caracteriza pela baixa ou nenhuma escolarização. O ingresso destes estudantes no meio universitário sugere uma visão ampliada do quão é importante para o país investir em políticas que contribuam para a redução da desigualdade social não só ampliando o acesso ao ensino superior, mas também proporcionando meios que garantam a permanência do estudante de modo a promover a igualdade de oportunidades dos grupos menos favorecidos.

A partir dessas dificuldades de permanência apresentadas no interior das universidades, tornou-se necessária a ampliação também dos programas que contribuam para que o estudante permaneça até a conclusão do curso. Entretanto, esses programas não devem ser voltados somente para as questões econômicas, devem

estar em consonância com os aspectos pedagógicos e sociais. A assistência estudantil oferecida no interior nas instituições de ensino deve ser um mecanismo capaz de garantir condições justas de permanência, diminuindo, assim, a desigualdade existente entre os estudantes.

Em alguns estudos sobre a temática, encontramos definições diversas. Magalhães (2013) nos traz uma importante compreensão sobre o conceito de assistência estudantil enquanto política voltada principalmente para atender a alunos oriundos de grupos desiguais:

A Assistência Estudantil pode ser definida como um conjunto de medidas de inclusão social que visa possibilitar que estudantes, em especial os oriundos dos grupos desiguais, tenham condições para a permanência na universidade e realização da formação acadêmica e para que o direito à educação superior possa ser efetivamente alcançado. Tais medidas devem se materializar num conjunto de ações a serem implementadas para prover aos estudantes o apoio em áreas diversas das necessidades humanas na perspectiva de uma formação ampliada, de um bom desempenho acadêmico e de uma trajetória universitária bem-sucedida de modo a evitar a retenção e evasão escolar. (Magalhães, 2013, p. 59)

Nessa mesma linha Costa (2009, p. 2) acrescenta que “as políticas de assistência estudantil na educação superior têm a finalidade de destinar recursos e mecanismos para que os alunos possam permanecer na universidade e concluir seus estudos de forma eficaz”

Nessa perspectiva, a assistência estudantil ganha novas configurações dentro das universidades e requer a implementação de medidas que possam atender aos novos alunos que chegam através das políticas inclusivas.

Compreendemos, assim, que uma efetiva política de inclusão ultrapassa os aspectos de acesso que até então vem sendo promovido a partir da expansão das instituições de ensino. Mas se firma também na necessidade de ampliar e renovar as políticas de assistência estudantil nesses espaços.

Embora as exigências para ampliação dos programas de assistência estudantil estejam mais acirradas por conta do processo de expansão no acesso ao ensino superior, a política e os programas de assistência estudantil têm uma trajetória antiga nas universidades.

O surgimento da assistência estudantil, em geral, está associado à criação das universidades que tinham ações pontuais voltadas a atender uma questão específica do estudante, como por exemplo, moradia/alojamento. Com o período de

redemocratização no país foram criadas, tendo em vista o crescimento das necessidades expressa pelos alunos, duas grandes frentes políticas de embates sobre as questões educacionais, em particular sobre as questões relativas à assistência estudantil, que foi o FONAPRACE, em 1987, encarregado de discutir, elaborar e propor ao MEC a política de Promoção e Apoio ao Estudante, e a Andifes, em 1989, sendo a representante das Universidades Federais de Ensino Superior na interlocução com o governo federal, com as associações de professores, de estudantes e com a sociedade em geral (FONAPRACE, 2012).

O FONAPRACE tem os seguintes objetivos:

- formular políticas e diretrizes básicas que permitam a articulação e o fornecimento das ações comuns na área de assuntos comunitários e estudantis, em nível regional e nacional;
- assessorar permanentemente a Andifes (Associação Nacional Dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior);
- participar ativamente na defesa da educação pública, gratuita, com qualidade acadêmica e científica, e comprometida com a sociedade que a mantém;
- promover e apoiar estudos e pesquisas na área de sua competência, realizar congressos, conferências, seminários e eventos assemelhados.

O FONAPRACE como órgão importante para a assistência estudantil, defendia a maior inserção de estudantes de classe popular nas universidades federais, mas sinalizando a existência de ações para a permanência destes estudantes nas instituições. Preocupação esta que começou a se ampliar a partir da expansão do acesso promovida pela democratização do ensino superior.

De acordo com os estudos de Vasconcelos, esses dois segmentos educacionais, FONAPRACE e Andifes, defendiam a integração nacional e regional das instituições de ensino superior, com o objetivo de:

Garantir a igualdade de oportunidade dos estudantes das IFES na perspectiva do direito social, além de proporcionar aos alunos as condições básicas para sua permanência e conclusão do curso, contribuindo e prevenindo a erradicação, a retenção e a evasão escolar decorrentes das dificuldades socioeconômicas dos alunos de baixa condição socioeconômica. (Vasconcelos, 2010, p.42).

Esse novo contexto trouxe à tona a questão da desigualdade social, que passou a ser evidenciada no interior das IFES e a fornecer elementos imprescindíveis à compreensão das discussões sobre as condições de acesso, permanência democratização e universalização da educação superior no Brasil.

A partir de então algumas leis foram criadas para que programas pudessem trazer para o ensino superior condições de acesso e permanência de estudantes que vivem em condições de desigualdade.

Para o ensino superior federal, em 24 de abril de 2007, o governo Lula instituiu o REUNI, através do Decreto nº. 6.096. Seu objetivo é “[...] criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007a). Para efetivar políticas de permanência o REUNI prevê em suas diretrizes ações de assistência estudantil para alunos de graduação. A tradução concreta dessa proposta está na criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

O PNAES, promulgado através do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, tem a finalidade de ampliar as condições de permanência dos estudantes nas universidades federais de ensino superior para as conclusões de suas graduações através dos seguintes objetivos:

- I - Democratizar as condições de permanência na educação superior pública federal;
- II - Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - Reduzir as taxas de retenção e de evasão; e
- IV - Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Estes objetivos estão voltados para a concretização de ações em prol da assistência estudantil no campo do direito social, visando contribuir, dessa forma, para redução da desigualdade que permeia o ensino superior brasileiro.

Conforme analisa Magalhães em seus estudos,

O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES vem como resposta à necessidade de garantir uma permanência qualificada no ensino superior público, em

especial para os estudantes que se encontram em condição econômica e social diferenciada, e visa viabilizar a igualdade de oportunidades e minimizar as situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. (Magaalhães, 2013, p. 70)

Assim, é possível perceber que O PNAES confere às universidades um novo olhar sobre a assistência estudantil, quando prevê recursos, principalmente aos estudantes que vivem em condições desiguais.

A exigência pelos programas de assistência estudantil ganha ainda mais foco com o ingresso de estudantes de classes populares através do sistema de reserva de vagas e bolsas de estudos, pois estes em sua maioria são oriundos de famílias que vivem em vulnerabilidade e não tem condições financeiras de custear os gastos diários de permanência dos filhos nas universidades. No entanto, as dificuldades de permanência nas universidades perpassam o econômico, se apresentam também através das desigualdades vivenciadas durante a trajetória de vida do estudante no que tange aos aspectos sociais, culturais e pedagógicos.

Tendo em vista essas demandas que chegam às universidades junto com o processo de democratização do ensino superior, é importante que novas propostas sejam pensadas para real efetivação do PNAES, e outras, em âmbito governamental, para atender às demais universidades públicas, como também as privadas.

Diante da falta de políticas de assistência estudantil direcionada para o ensino superior de forma geral, as universidades tanto públicas quanto privadas e/ou comunitárias têm criado programas pontuais para atender a determinados grupos específicos, frente as demandas expressas por seus alunos. Neste estudo, exemplificaremos essas ações apresentando duas experiências na cidade do Rio de Janeiro: PROINICIAR na UERJ e FESP na PUC-Rio.

A Universidade Estadual do Rio de Janeiro, pioneira na implementação de políticas afirmativas através do sistema de reserva de vagas, em 2003. Implementou a assistência estudantil através da criação do Programa de Apoio aos alunos cotistas, chamado PROINICIAR, como forma de redução das desigualdades sociais. Este Programa apóia o aluno oriundo do sistema de cotas com Bolsa Permanência, que vigora durante todo o curso universitário do estudante cotista com matrícula regular e que mantenha situação de carência, ao longo do curso⁷.

⁷<http://www.caiac.uerj.br/proiniciar.html>. Acesso em nov/2015

Outra experiência voltada para a assistência estudantil acontece na Pontifícia Universidade Católica, o Fundo Emergencial de Solidariedade da PUC-Rio (FESP), fundado em 1997, que é um programa da Coordenação de Bolsas e Auxílios da Vice-Reitoria Para Assuntos Comunitários que, através da concessão dos auxílios transporte e alimentação, tem como objetivo favorecer a permanência dos alunos atendidos nos cursos de graduação desta Universidade. Atende alunos com bolsas comunitárias integrais tipo filantrópica ou PROUNI em situação de vulnerabilidade social.⁸

Diante das experiências apresentadas em nível federal, estadual e rede privada, podemos perceber alguns avanços, que sem dúvida, são considerados necessários e desafiadores num país onde a desigualdade social é evidente e excludente. No entanto, na prática se sabe que algumas ações se perdem no caminho, seja por falta de verba enviada às universidades, seja por falta de planejamento para atender o quantitativo de estudantes que necessitam de assistência para permanecerem em suas instituições de ensino. Costa (2009) em seus estudos abordou sobre as políticas de assistência estudantil nas universidades, as peculiaridades e dificuldades enfrentadas. Os estudos apontam que tais políticas não dão conta de assistir a todos os universitários oriundos de camadas populares que convivem diariamente com a dúvida se terá ou não condições de levar a faculdade adiante.

Nesse contexto, entendemos que a política de assistência estudantil está destinada a atender os estudantes dentro das IES, no entanto, pelo expressivo número de estudantes necessitados dessa política, não é possível que todos sejam contemplados. Outro fator a ser destacado é a questão de divulgação dos programas de assistência estudantil, embora aconteçam no interior das IES, são pouco divulgados, pois grande parte de estudantes não tem conhecimento e/ou não entendem como funciona e como ter acesso. As universidades devem viabilizar as informações sobre os serviços existentes, sobretudo para os estudantes socialmente desfavorecidos, logo que estes ingressam na universidade, pois a falta de divulgação influencia diretamente na trajetória do estudante que vivencia dificuldades sem saber que de alguma forma pode ter sua situação amenizada ou solucionada, dependendo de quais forem as suas necessidades e qual o tipo de programa oferecido pela universidade.

⁸<http://www.puc-rio.br/vrc/respuc/membros/fesp.html>

Diante da necessidade de garantir recursos que contribuam para a permanência, os estudantes que não conseguem ser atendidos por esses programas dentro de suas instituições de ensino buscam outras opções como os programas de assistência social. Entretanto precisamos ficar atentos para o entendimento que as ações da assistência social não se constituem como política de assistência estudantil, pois estas últimas estão diretamente ligadas às IES, conforme analisa Fernandes (2012):

[...] ambas visam assistir ao indivíduo, ainda que cada uma se situe em área específica, bem como se fundamente em critérios de seleção e análise, leis e documentos pertinentes a cada uma delas. Sendo assim, a política de assistência social pode servir de parâmetro para ações da assistência estudantil, mas nunca nortear suas ações com seus documentos. Tem-se, portanto, que a assistência estudantil é uma política vinculada à educação, promovida no interior da IES. (Fernandes, 2012, p. 131)

A partir dessa realidade, se firma a luta de fortalecimento dos programas de assistência estudantil no interior das instituições públicas e privadas, apesar de não podermos negar que ainda são insuficientes para atender a demanda existente nas universidades.

Mas como ainda é escasso o atendimento aos estudantes pelos programas de assistência estudantil nas IES, estes buscam fora das universidades, ações na área da assistência social que possam suprir as necessidades vivenciadas.

Na área da assistência social, encontramos ações de instituições organizadas que desenvolvem atividades em prol de oferecer oportunidades de formação e desenvolvimento acadêmico de estudantes matriculados na rede formal de ensino. No capítulo seguinte, apresentaremos a Associação de Assistência ao Adolescente, instituição que atua há 70 anos com o objetivo de prestar assistência social a estudantes oriundos de famílias em vulnerabilidade com recursos que propiciem sua permanência nas instituições de ensino públicas e privadas, contribuindo, assim, para sua formação em nível superior.

4

Associação de Assistência ao Adolescente (A.A.A.) – Quem somos?

Em 1945 iniciava-se uma ação voluntária da assistente social Maria Josephina Rabello Albano que trabalhava na extinta Legião Brasileira de Assistência–LBA⁹. A instituição recebeu duas cartas de um estudante muito interessado em dar continuidade a seus estudos, mas sua família não tinha condições financeiras, solicitando uma bolsa de estudos. Na época, matrículas em Escolas Públicas Secundárias eram quase impossíveis de se conseguir, uma vez que depois da segunda guerra mundial, o número de vagas ficou bastante reduzido e a demanda de alunos muito grande. No entanto a LBA só atendia aos convocados da guerra e seus familiares e não pode conceder a bolsa de estudos ao jovem.

Preocupada com a situação do estudante, Josephina, através de um ato voluntário, resolveu ajudá-lo com o financiamento de seus estudos. A assistente social fez contato com um amigo norte-americano, recém-chegado ao Brasil, Mr. Weldon, que manifestara interesse em colaborar na ajuda a estudantes brasileiros pertencentes à família de baixa renda e juntos conseguiram financiar os estudos do aluno. Esse caso os chamou a atenção e foi quando pensaram em quantos tantos jovens deveriam estar na mesma situação. Foi então criado o Departamento de Bolsas de Estudos, filiado a Associação de Pais de Família da LBA, o qual o aluno atendido tinha direito a mensalidades, livros, uniformes, passes de bonde ou trem e merenda.

Com o crescimento do Departamento de Bolsas de Estudo, viu-se a necessidade de criação de uma organização social e em 1950 é fundada a Associação de Assistência ao Adolescente como associação civil sem fins lucrativos, conservando os mesmos objetivos e finalidades do referido Departamento. Inicialmente não tinha sua sede própria, funcionou nos bairros Flamengo, Botafogo, Laranjeiras, Copacabana e em 1965 o Governador na época cedeu à A.A.A. o imóvel do Estado, situado no número 187 da Rua Othon Bezerra de Mello, no Jardim Botânico, local que se encontra até o presente momento.

⁹ Primeira grande instituição de assistência social, reconhecida como órgão de colaboração com o Estado em 1942.

Durante os anos de trabalho ininterruptos da instituição foi possível construir um trabalho sólido e positivo com os usuários dos programas e projetos da instituição. Quando a AAA completou 50 anos foi lançado um livro cujo nome é “Associação de Assistência ao Adolescente. Trajetória dos 50 anos 1945 – 1995”, que conta sobre toda a trajetória vivenciada pela instituição desde a ação da assistente social Josephina Rabello que culminou na criação do Departamento de Bolsas de Estudo. Neste livro, encontramos relatos de atividades realizadas pelo Serviço Social e como sobre a concessão dos benefícios aos estudantes.

Desde sua fundação a instituição tem ação voltada para concessão de benefícios financeiros para que estudantes se mantivessem nas escolas e, até a presente data, já contribuiu para que mais de 1200 jovens concluíssem seus estudos. No entanto, o trabalho que iniciou como ação voluntária de ajuda material, hoje está inserido no sistema de assistência social, concebida como direito do cidadão. Assim, se faz importante perceber que apesar de manter a mesma diretriz, as transformações societárias e legais¹⁰ foram adaptando o trabalho técnico profissional às novas demandas dos usuários e institucionais para garantir resultados em suas ações, serviços, atividades e programas.

A transição da assistência social para o âmbito da política pública aconteceu com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Nesta, a assistência social passou a compor o tripé da seguridade social juntamente com saúde e previdência social.

Como pode ser constatado com a leitura do artigo 203 da constituição o país avançou bastante em relação à assistência social, “A assistência social será prestada a quem dela necessitar independentemente de contribuição à seguridade social”, e tem por objetivos:

I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

¹⁰ Nos termos da Lei

V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

O artigo 204 preconiza ainda que as ações na área social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, além de outras fontes e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I – descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II – participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Tais avanços trazidos pela Constituição Federal em relação à assistência social abriram espaço para um salto qualitativo na promoção do bem-estar social dos setores mais vulneráveis da sociedade.

Pautado na Constituição Federal e na LOAS¹¹ o Serviço Social da AAA vem promovendo suas ações através de um trabalho voltado para garantia e defesa dos direitos de seus usuários.

Atualmente a AAA se constitui como entidade filantrópica, sem fins lucrativos. Possui certificados de Utilidade Pública Federal e Estadual, com registro nos Conselhos Nacional de Assistência Social e Municipais de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente. Titularidades estas que se constituem exigência para as instituições que atuam na área de assistência social e adolescência, bem como profissionalizam e trazem mais credibilidade ao trabalho realizado.

Dessa forma a AAA afirma o compromisso com os direitos e interesses dos usuários, na defesa da qualidade dos serviços sociais oferecidos¹². Contribuindo

¹¹Entretanto, a regulamentação dos artigos constitucionais 203 e 204 só foi alcançada após cinco anos, quando foi sancionada a Lei 8.742/93 (Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS). Os princípios e diretrizes da LOAS (arts. 4º e 5º) são pautados na lógica da preservação dos direitos. Segundo Simões (2009, p.283), a Lei Orgânica da Assistência Social sistematizou e institucionalizou como permanentes os serviços relativos à assistência social, representando “[...] a maioria jurídica da assistência social, na história brasileira, instituindo o seu estatuto como política pública de Estado, integrada à seguridade social [...]”.

para a formação cidadã e acadêmica do estudante, além da concessão de benefícios financeiros para permanência em sua instituição de ensino. Suas ações se apresentam através das seguintes atividades:

Benefícios concedidos:

- Auxílio financeiro para alimentação
- Auxílio financeiro para transporte
- Auxílio financeiro para livros didáticos
- Encaminhamentos para cursos de inglês
- Curso preparatório para concursos das escolas de reconhecido valor pedagógico do ensino médio

Atividades realizadas pelo Serviço Social:

- Grupos de convivência
- Entrevistas sociais
- Grupos com familiares
- Atividades Culturais e de lazer

O público alvo é constituído por estudantes do Ensino Fundamental II, do Ensino Médio/Técnico e do Ensino Superior, oriundos de classes populares, que

¹²Os serviços oferecidos têm como base a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 que tipifica nacionalmente os serviços socioassistenciais. A tipificação que correspondente à AAA é a de Proteção Básica, que atende a seguinte descrição de serviços:

“(…) Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.”

estudem em instituições públicas, filantrópicas ou privadas. Nessas últimas, são atendidos adolescentes e jovens que apresentam vulnerabilidade de permanência nas instituições devido à falta de condições financeiras da família em assumir as despesas de manutenção (alimentação, transporte, livros didáticos).

Até o ano de 2012 teve-se no quadro técnico de funcionários da instituição somente profissionais assistentes sociais que realizavam trabalho com os estudantes de ensino fundamental, médio/técnico e superior e suas famílias no Programa de Apoio Estudantil. De 2012 a 2014, com patrocínio da Petrobras, iniciou-se o Projeto Ponto de Apoio que oferecia a alunos do ensino fundamental e médio aulas de apoio pedagógico e atividades culturais, desde então, passou a compor a equipe técnica da instituição uma profissional de pedagogia.

Programas e Projetos existentes:

Programa de Apoio Estudantil

Tem o objetivo de contribuir para permanência dos estudantes em suas instituições de ensino. É destinado à estudantes do ensino fundamental, médio e superior de instituições privadas e filantrópicas. Os usuários inseridos nesse programa recebem recursos financeiros para auxiliar em sua alimentação (lanche ou almoço) escolar, transporte casa-escola-casa e atividades na instituição, livros didáticos. Participam também de atividades planejadas e executadas pelo Serviço Social como grupos de convivência, entrevistas sociais, atividades culturais e de lazer.

Esse programa se constitui como ação principal da instituição, pois é desenvolvido desde sua fundação, mantendo o objetivo de apoio à permanência do estudante em sua instituição de ensino. Mais de 1000 jovens já se formaram com o auxílio da A.A.A., alguns desses estudantes ainda mantêm contato participando de atividades realizadas na instituição, indicando novos estudantes. Alguns com participações mais efetivas compõem a diretoria.

Importante ressaltar que não se tem conhecimento no município do Rio de Janeiro de um trabalho como o realizado pela Associação através do Programa de Apoio Estudantil voltado para a permanência do estudante em suas instituições de ensino. Além do auxílio financeiro, o Serviço Social da instituição incorpora um trabalho de cidadania em termos de formação cultural, responsabilidade e auto-

nomia para lidarem com as novas tarefas acadêmicas e métodos de ensino diferenciados e a sociabilidade num universo distinto do frequentado até então nas escolas.

Com a experiência adquirida como profissional da instituição, é possível compreender o quanto este trabalho, acompanhado das atividades socioeducativas proporciona uma qualidade de vida melhor para as famílias e trabalha em prol de uma sociedade mais justa, dando mais oportunidades aos jovens brasileiros de concluírem seus estudos e aumentarem seu grau de conhecimento.

Projeto Ponto de Apoio

Projeto iniciado em 2012, com patrocínio para 2 anos. Após seu término solicitamos renovação em agosto de 2015 o projeto voltou, mas com novo escopo. Oferece curso preparatório para as provas de concursos do ensino médio de escolas com reconhecido valor pedagógico. Os participantes são alunos do 8º e 9º ano de escolas públicas, filantrópicas e privadas. Além das aulas de português, matemática e redação, também participam de atividades planejadas e executadas pelo Serviço Social como atividades culturais, palestras/oficinas e entrevistas sociais.

Todos os usuários atendidos pela A.A.A. têm a oportunidade de serem encaminhados para cursos de inglês através de parceria institucional. Com o objetivo de se prepararem para acompanhar o nível de inglês exigido em suas escolas e universidades, como também de produção de conhecimento para seu futuro profissional esta parceria garante aos estudantes bolsa de estudos do nível básico ao avançado.

Como complementação do trabalho, o Serviço Social realiza reuniões com os familiares para acompanhamento dos estudantes inseridos nos projetos da instituição e para debates de temas da atualidade. Essas atividades proporcionam um maior contato e diálogo com a família do estudante e estimula a participação da mesma no processo de formação de seus filhos.

Anualmente a A.A.A. abre processo de seleção para novos estudantes de acordo com as vagas disponíveis.

4.1

O trabalho do Serviço Social na A.A.A.

Como observamos anteriormente, a Constituição Federal concebeu a assistência social como dever do Estado e direito de todo cidadão, rompendo com a concepção de assistência social como benemerência. No entanto, o que vemos nos dias atuais é que esta nova Constituição não garantiu à sociedade um sistema de proteção social contínuo, com ações realizadas com base na democracia e na redistributividade. A desigualdade social continua a se fazer presente entre nós de maneira alarmante e a cada dia mais são criadas instituições sociais para atendimento à população que vive em condições de desigualdade, necessitada de terem seus direitos constitucionais concretizados pelo Estado.

Conforme analisa Sposati

(...) O Estado, na gestão da política de assistência social, não pode permanecer no papel de coadjuvante que concede ajudas financeiras, subvenções a ações, trabalhos ou projetos comunitários de organizações da sociedade civil. Ele precisa alcançar o estatuto de regulador e responsável por garantir proteção social como política de cidadania, isto é, nem compensatória, nem residual, nem caritativa, nem assistencialista, mas sim política pública de direitos. (Sposati, 2007, p.447)

No entanto, sabemos que essa política de direitos como sistema de proteção social não é efetivada pelo Estado. O que se encontra são cada vez mais instituições sociais assumindo responsabilidade em prestar assistência social à grupos que vivem em desigualdade social na sociedade. O profissional assistente social, também inserido nessas instituições, busca fazer a mediação com a população em busca da defesa e garantia de seus direitos.

No exercício profissional cotidiano, o Serviço Social mantém o desafio de conhecer e interpretar algumas lógicas do capitalismo contemporâneo, especialmente em relação às mudanças no mundo do trabalho e sobre as questões de desestruturação dos sistemas de proteção social e das políticas sociais em geral. E como afirma Iamamoto (2000, p.113),

“Ao profissional assistente social apresenta-se um dos maiores desafios nos dias atuais: desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. O perfil predominante do assistente social histo-

ricamente é o de um profissional que implementa políticas sociais e atua na relação direta com a população usuária. Hoje exige-se um trabalhador qualificado na esfera da execução, mas também na formulação e gestão de políticas sociais, públicas e empresariais: um profissional propositivo, com a sólida formação ética, capaz de contribuir ao esclarecimento dos direitos sociais e dos meios de exercê-los, dotado de uma ampla bagagem de informação, permanentemente atualizada, para se situar em um mundo globalizado”.

Mediante essa afirmação da autora, no desenho do perfil do profissional de Serviço Social, como coparticipante do processo de transformação, deverá contribuir, por meio de ações educativas e transformadoras, para a construção de sujeitos históricos respeitados e valorizados como seres humanos livres capazes de pensar, agir, decidir, optar e, nessa perspectiva dialética, transformar a realidade e por ela ser transformado. Dessa forma, o exercício da profissão envolve a ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição seus projetos, defender seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais que extrapolem ações rotineiras e decifrem realidades subjacentes, revertendo-as em ações concretas de benefícios à população excluída. Suas ações vão desde a relação direta com a população até o nível do planejamento, tendo inclusive a árdua tarefa de priorizar os que têm e os que não têm direitos de acesso aos serviços e equipamentos sociais.

Para Yasbek (2000, p.29), a profissão enfrenta o desafio de decifrar algumas lógicas do capitalismo contemporâneo, especialmente em relação às mudanças no mundo do trabalho, os processos desestruturadores dos sistemas de proteção social e da política social em geral e o aumento da pobreza e a exclusão social. O Serviço Social vê-se confrontado e desafiado a compreender e intervir nessa sociedade de transformações configuradas nas novas expressões da questão social: a precarização do trabalho, a penalização dos trabalhadores, o desemprego, a violência em suas várias faces, a discriminação de gênero e etnia e tantas outras questões relativas à exclusão.

A Questão Social hoje se expressa fundamentada no acirramento das desigualdades sociais, que expõem o ser humano a condições extremas de exploração. Identifica-se a polarização da sociedade entre aqueles que detêm muito e aqueles

que detêm nada ou quase nada; aqueles que detêm o conhecimento tecnológico e aqueles que pouco ou não o detêm.

Dessa forma, além de operacionalizar as políticas sociais, faz-se necessário conhecer as contradições da sociedade capitalista, da questão social e suas expressões que desafiam cotidianamente os assistentes sociais, pensar as políticas sociais como respostas a situações indignas de vida dos grupos que vivem em condições de desigualdade e com isso compreender a mediação que as políticas sociais representam no processo de trabalho do profissional, ao deparar-se com as demandas da população.

Este é o profissional assistente social que está inserido na Associação de Assistência ao Adolescente e que busca, no campo das políticas sociais, acima de tudo, proporcionar acesso aos direitos sociais e à defesa da democracia.

A equipe de Serviço Social da instituição atualmente é composta por duas assistentes sociais, que são responsáveis pelo trabalho social com famílias e com os estudantes beneficiados.

O assistente social participa desde o processo de seleção, o qual é responsável pelo planejamento, pelas entrevistas sociais e análise da documentação socioeconômica para traçar e analisar o perfil dos candidatos e, posteriormente, emitir parecer social sobre o resultado do processo de seleção.

O Serviço Social é responsável pelo planejamento e execução das atividades socioeducativas e culturais e de lazer, compostas por grupos de convivência com os estudantes onde são trazidos temas da atualidade através de oficinas, filmes e debates; palestras/oficinas; idas à museus, teatros; parques e pontos turísticos.

Através das entrevistas sociais é feito o acompanhamento das situações vivenciadas, com este instrumento é possível conhecer a realidade do estudante e fazer as possíveis mediações para que possam ter esclarecimento sobre seus direitos e como reivindicá-los e exercê-los.

É realizado grupo com familiares, onde temos a oportunidade de identificar demandas e envolvê-los no processo de formação da autonomia, responsabilidade e cidadania dos estudantes, bem como fortalecimento de vínculos e ampliação de conhecimentos através de debates sobre temas transversais. As reuniões são importantes também para que os familiares acompanhem o desenvolvimento de seus

filhos nas atividades oferecidas pela instituição e se informem sobre a rotina e procedimentos adotados.

São realizadas visitas domiciliares para que seja possível ampliar o conhecimento do Serviço Social acerca das situações apresentadas pelos estudantes e seus familiares, bem como conhecer o local de moradia para possíveis encaminhamentos aos programas de saúde, habitação, educação, entre outros e para rede socioassistencial.

O trabalho do Serviço Social na instituição é relevante à medida que trabalha as questões sociais apresentadas, contribuindo, assim, para diminuição de vulnerabilidade social em que as famílias estão inseridas. O assistente social tem a qualificação necessária para atender os usuários da assistência social e dos demais setores da sociedade e fortalecê-los enquanto cidadãos e transformadores da realidade em que vivem.

Contudo, foi possível perceber que a A.A.A. atua em diversas frentes, porém no presente trabalho, optei por focar o Programa de Apoio Estudantil tendo em visto que a pesquisa se dá no campo da permanência do estudante na universidade.

5

A experiência com os estudantes universitários da Associação de Assistência ao Adolescente – a pesquisa de campo

Neste capítulo daremos ênfase às estratégias metodológicas que foram utilizadas no decorrer da pesquisa que consistiu em identificar o perfil socioeconômico dos jovens universitários participantes do programa de apoio estudantil da A.A.A. inseridos em universidades públicas, privadas e/ou comunitárias, que se constituirá da situação financeira, origem, condição familiar. Como também, conhecer a trajetória desses estudantes após ingressarem no ensino superior identificando quais as dificuldades encontradas pelo caminho.

As principais questões que guiaram o presente estudo foram a experiência como assistente social na A.A.A. que proporcionou compreender a realidade dos jovens de classe popular e dos que vivem em condições de desigualdade, historicamente construída, enquanto estudantes universitários; a necessidade de trazer para o campo acadêmico o debate em torno de políticas públicas de acesso e permanência nas IES apresentando a experiência do trabalho realizado pela Associação.

A Associação de Assistência ao Adolescente atende no ano de 2015 o quantitativo de 110 alunos. Inseridos no programa de apoio estudantil, o qual contribui para permanência desses estudantes em suas instituições de ensino, tem-se 58 jovens dos segmentos fundamental, médio e universitários.

Do total de participantes do Programa de Apoio Estudantil, 09 cursam o ensino superior e estão inseridos em diferentes IES públicas e privadas no Estado do Rio de Janeiro, tais como Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Universidade Estácio de Sá. Estes estudantes constituem o universo desta pesquisa e a escolha foi motivada pelo fato de estarem cursando o nível superior, sendo o espaço da universidade um campo de difícil acesso e permanência, principalmente para estes que vivenciam a desigualdade existente na sociedade.

Para que fosse possível a análise dos dados, foi aplicado questionário constituído por 34 questões, subdivididas em três núcleos de análise, os quais alguns se cruzaram entre si. O primeiro dedicado a entender o perfil do estudante usuário dos serviços da A.A.A.; o segundo buscou analisar sobre o cotidiano dos estudantes nas universidades em relação aos aspectos socioeconômico, de convivência e educacional e o terceiro procurou observar qual a percepção dos estudantes quanto ao Programa de Apoio que estão inseridos na A.A.A.

No questionário, buscamos proporcionar um preenchimento fácil, apesar da necessidade de concentração por parte do estudante, as questões foram criadas com clareza e simplicidade na intenção de diminuir dúvidas de entendimento, estas fechadas e abertas. Nas questões fechadas procuramos entender o perfil socioeconômico e alguns aspectos acadêmicos dos estudantes. Nas abertas, analisar o entendimento dos estudantes quanto convivência na universidade, facilidades e dificuldades obtidas, se tinham conhecimento e entendimento em relação às políticas de assistência existentes nas universidades e também sobre qual a contribuição do Programa de Apoio Estudantil da A.A.A. em sua trajetória universitária.

Este documento foi enviado por e-mail a todos os estudantes envolvidos na amostra estudada no primeiro semestre de 2016. No entanto, dos nove estudantes, somente seis devolveram respondido.

Os três que não responderam, não fazem mais parte do quadro de estudantes atendidos pela instituição este ano de 2016. Foi feito contato telefônico: 01 ficou de enviar o questionário respondido, mas não o fez; 01 foi possível somente contato com o familiar que passou o número do celular do estudante, mas não foi obtido êxito na ligação feita, não respondeu ao e-mail enviado; 01 está com dados desatualizados.

Contudo, a análise dos dados foi feita através dos questionários apresentados por 06 estudantes de ensino superior usuários do Programa de Apoio Estudantil da A.A.A. no ano de 2015. Dos 06 estudantes que responderam o questionário, cinco continuam na A.A.A. e um saiu no final de 2015. Este último, no entanto, quando feito contato rapidamente se prontificou a responder e no dia seguinte enviou suas respostas.

A tabela a seguir mostra a relação de estudantes que responderam ao questionário. Para preservar a identidade dos participantes os nomes são fictícios e se tornam necessários para identificar a fala dos mesmos no decorrer do estudo.

Tabela 1 – Relação de Estudantes entrevistados

Sexo	Idade	Curso	Universidade	Nome fictício
Feminino	19	Odontologia	UFRJ	Estudante 1
Feminino	21	Nutrição	Estácio de Sá	Estudante 2
Feminino	21	Nutrição	Estácio de Sá	Estudante 3
Masculino	19	Direito	UNIRIO	Estudante 4
Masculino	19	Geografia	UFF	Estudante 5
Masculino	21	Letras	UFF	Estudante 6

Fonte: A autora, 2016

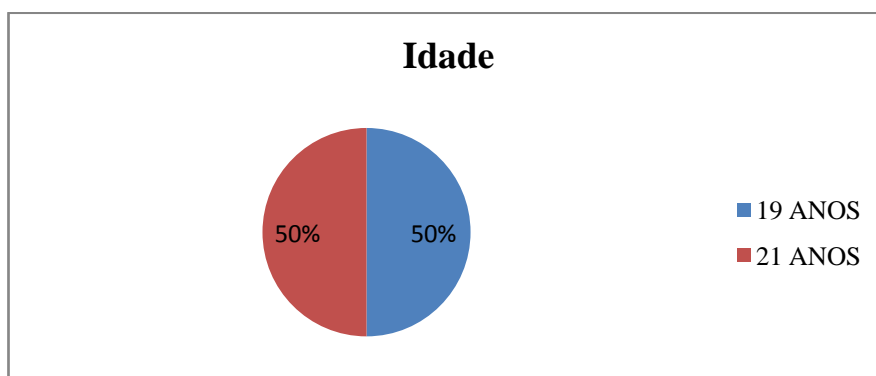
5.1

Perfil socioeconômico dos estudantes universitários da A.A.A.

Nesta parte do trabalho, traçamos o perfil socioeconômico dos estudantes universitários beneficiados pela A.A.A. no ano de 2015, conforme proposto por esse estudo.

Iniciaremos compreendendo a faixa etária dos universitários através do gráfico a seguir:

Gráfico 01 - Dimensão Percentual de estudantes em relação à idade



Fonte: A autora, 2016

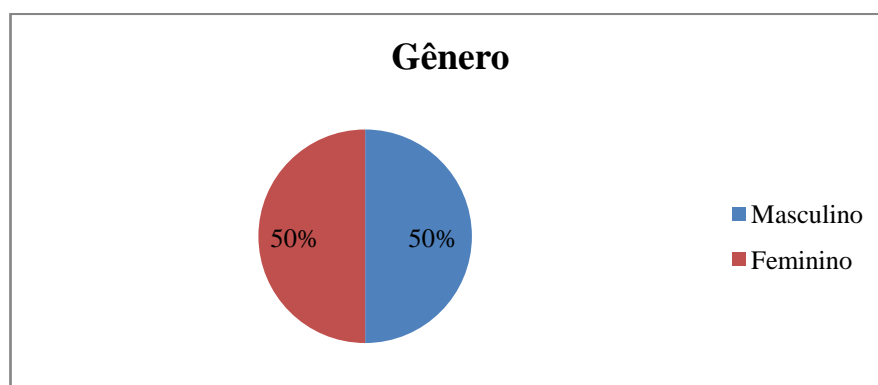
Os entrevistados são estudantes com idade entre 19 e 21 anos, idades que compreende a faixa etária de jovens no Brasil. Os estudantes com maior idade são os que ingressaram na universidade há mais tempo, todos no ano de 2013 e os jovens com idade na faixa etária menor ingressaram em suas instituições de ensino posteriormente, um em 2014 e dois em 2015.

O perfil atendido pela A.A.A. também espelha o cenário das universidades brasileiras que são constituídas majoritariamente por estudantes jovens. Segundo os dados da Síntese de Indicadores Sociais 2015, 58,5% dos estudantes universitários estavam na faixa etária entre 18 e 24 anos em 2014.

Assim, o estudo nos aponta que ao passo que a A.A.A. promove a permanência dos estudantes em suas universidades, contribui para aumentar o quantitativo de jovens cursando o ensino superior.

No gráfico a seguir, apresentamos uma análise percentual em relação a gênero por considerarmos que é um importante recorte do ensino superior brasileiro, como também nos remete a entender a distribuição por gênero dos estudantes universitários atendidos pela A.A.A.

Gráfico 02 – Dimensão Percentual de estudantes em relação ao gênero

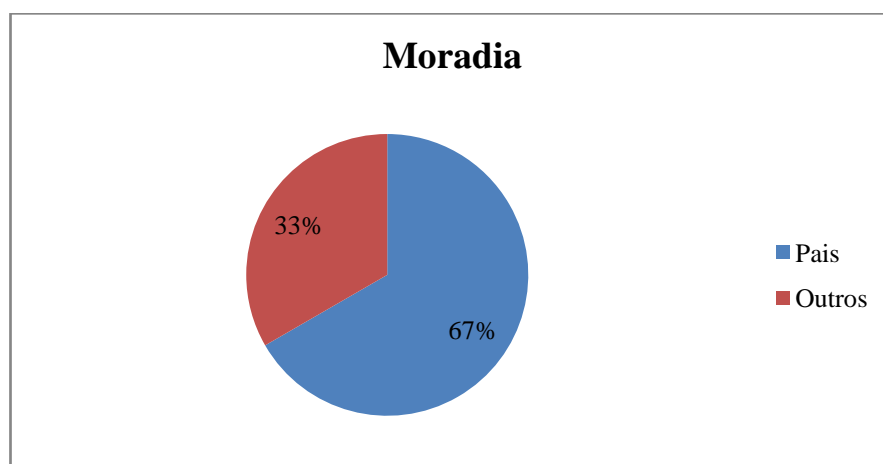


Fonte: A autora, 2016

Observamos que há um equilíbrio no gênero dos estudantes universitários que responderam ao questionário. No que se refere ao ensino superior em todo o Brasil, observamos que o quantitativo de mulheres sobressai o de homens nos cursos de graduação. A IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Es-

tudantes de Graduação feita recentemente pela Andifes¹³, trouxe dados dos estudantes de graduação das universidades federais. Esses dados constataam que a maioria dos estudantes de graduação é do sexo feminino: 52,4% são mulheres e 47,5% são homens. O sexo feminino também tem maior representação no percentual da composição nacional da população, segundo PNAD/Censo em 2014 51,6% era feminino contra 48,44% masculino.

Gráfico 03 – Dimensão Percentual dos estudantes quanto à moradia



Fonte: A autora, 2016

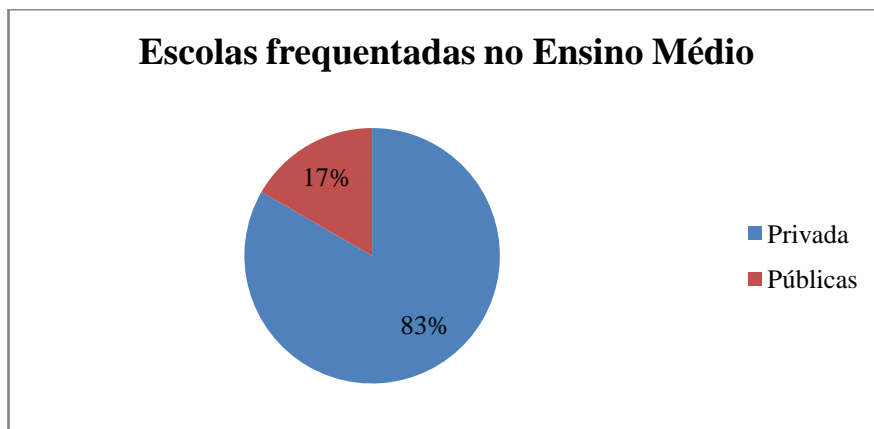
Entender como e com quem vivem os estudantes é necessário para identificarmos a relação de dependência que este possui em sua vida financeira e em sua trajetória na universidade. A partir dos dados obtidos é possível observar que 04 residem com os pais e 02 assinalaram que residem com outros. A partir do conhecimento da dinâmica familiar através dos documentos dos estudantes na A.A.A., podemos esclarecer que destes que residem com outros, 01 reside no trabalho da mãe que é empregada doméstica, o que nos remete a entender que apesar de estar ocupando a casa de outros, tem a presença de sua mãe diariamente; 01 que assinalou residir com outros, mora com a mãe e com a tia materna. Ou seja, todos os estudantes residem com seus pais, o que nos faz compreender a relação de dependência dos mesmos em relação às despesas que tem para se manter na faculdade.

Quando perguntado se os estudantes possuem algum tipo de atividade remunerada, mesmo que na faculdade (como bolsas de iniciação científica, estágio),

¹³<http://www.andifes.org.br/relatorio-do-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-estudantes-de-graduacao-das-universidades-federais-brasileiras-2016/>

todos responderam que não, confirmando, assim, a total dependência financeira. Não entramos no mérito se o estudante reside com o pai ou mãe, pois não acrescenta para o tipo de perfil que queremos traçar.

Gráfico 04 – Dimensão Percentual dos estudantes por escola onde cursaram o ensino médio



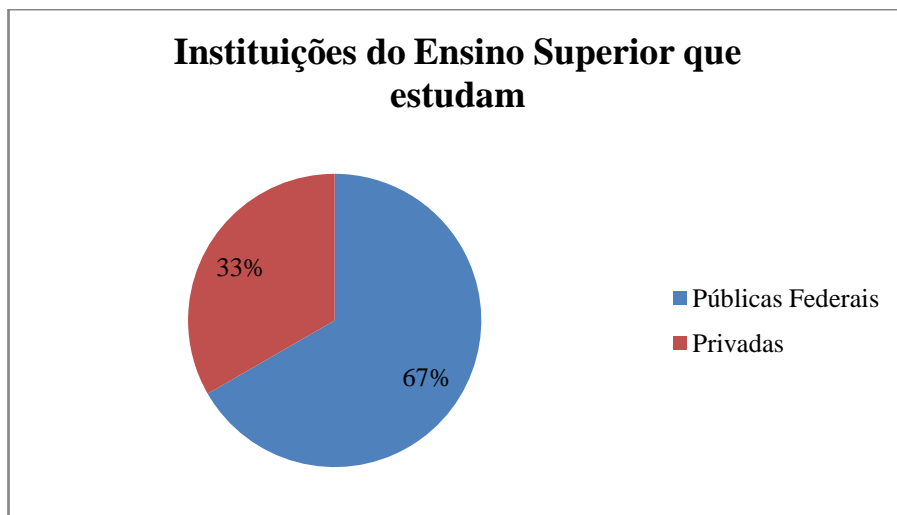
Fonte: A autora, 2016

A A.A.A., em seu programa de apoio estudantil, tem como público alvo não só estudantes universitários, mas também alunos do ensino fundamental II e médio/técnico que estudam em escolas privadas ou filantrópicas com bolsas de estudos. Os alunos que terminam o ensino médio e ingressam nas universidades continuam participando do programa até a conclusão do curso ou até que seja compreendida, por ambas as partes, a não necessidade do estudante em continuar recebendo auxílio para permanência. Os 05 estudaram que responderam ter feito o ensino médio em escolas privadas, já são atendidos pela A.A.A. desde o ensino médio. O estudante oriundo de escola pública não era atendido pela instituição, ingressou após ter efetuado sua matrícula na universidade. Dos estudantes pesquisados, 03 fizeram cursos preparatórios para ingressarem no ensino superior, destes, 02 se preparam em curso pré-vestibular comunitário e 01 em particular. Tendo como foco as universidades públicas, estes alunos optaram por se prepararem mais para os vestibulares através de um curso preparatório.

O fato de terem cursado pré-vestibular contribuiu para o acesso ao ensino superior. As recentes políticas de democratização ao acesso a esse nível de ensino

também foram importantes para que os jovens pudessem ingressar nas universidades, como é o caso de 02 estudantes que cursam graduação com bolsa de estudos pelo ProUni, conforme veremos no gráfico seguinte que aponta as instituições de ensino superior que estes estudantes estão inseridos.

Gráfico 5 – Dimensão percentual em relação às universidades em que os estudantes estão matriculados



Fonte: A autora, 2016

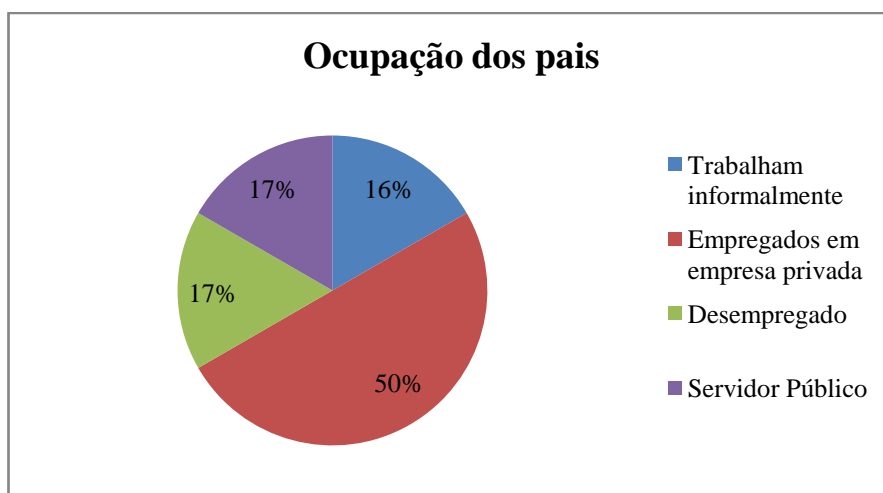
Os dados apontam que a maioria, 67%, estudam em universidades públicas federais. O trabalho realizado pela AAA incentiva o aluno do ensino médio a ingressar nas universidades públicas para se apropriarem do direito à educação gratuita e de qualidade e usufruir das políticas públicas existentes.

Dos 04 alunos estudantes das universidades federais, 01 está na Universidade Federal do Rio de Janeiro no curso Odontologia, 02 estudam na Universidade Federal Fluminense, nos cursos de Geografia e Letras (português/grego) e 01 na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UniRio no curso de Direito. Quando indagados sobre suas impressões em relação à qualidade das universidades que cursam, estes alunos responderam que as consideram umas das melhores. Fato este que nos leva a perceber que estão satisfeitos com a escolha feita.

Já no que tange à universidade privada, 33% estudam na Universidade Estácio de Sá, como bolsistas 100% pelo Prouni, no curso de Nutrição. E indagados quanto à qualidade da instituição responderam que estão satisfeitos, mas sabem que existem outras melhores. Através desses depoimentos podemos inferir que a

opção de ingressar para faculdade privada se constitui da oportunidade de cursar o ensino superior e pela maior oferta e facilidade de acesso em relação às universidades públicas. Esse percentual que frequenta a universidade privada tentou vestibular para as públicas, mas não foi aprovada.

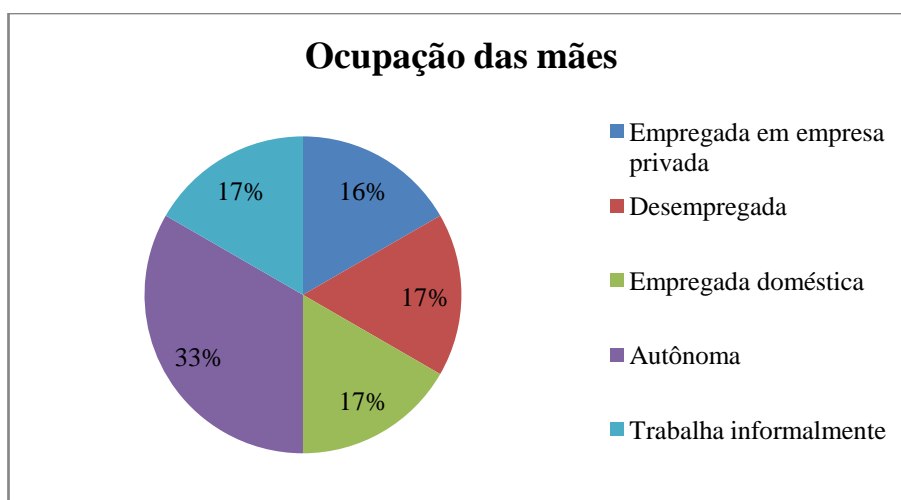
Gráfico 06 – Dimensão percentual em relação à ocupação dos pais



Fonte: A autora, 2016

Os dados mostram que maior parte dos pais (83%) se encontra trabalhando, enquanto que 17% estão em situação de desemprego. Dos que estão trabalhando, 16% trabalham informalmente, ou seja, não possuem vínculo empregatício, tem renda variável, vivenciando situação de vulnerabilidade e 17% é servidor público.

Gráfico 07 –Dimensão percentual em relação à ocupação das mães



Fonte: A autora, 2016

No que diz respeito à ocupação das mães, os dados nos mostram uma grande diversificação, sendo que ainda assim, destacamos que constitui maioria quem possui autonomia. Destas autônomas uma trabalha como babá e outra como fotógrafa, atividades estas que requerem pouca escolaridade. Constitui em 50% o percentual de mães que têm renda vulnerável se considerarmos que o trabalho autônomo e informal não proporciona renda fixa mensalmente. Esse fator influencia diretamente nas dificuldades de permanência do estudante nas suas universidades no que diz respeito aos fatores econômicos, tendo em vista que todos os pesquisados dependem financeiramente de seus pais.

Cruzando os dados sobre ocupação dos pais (pai e mãe):

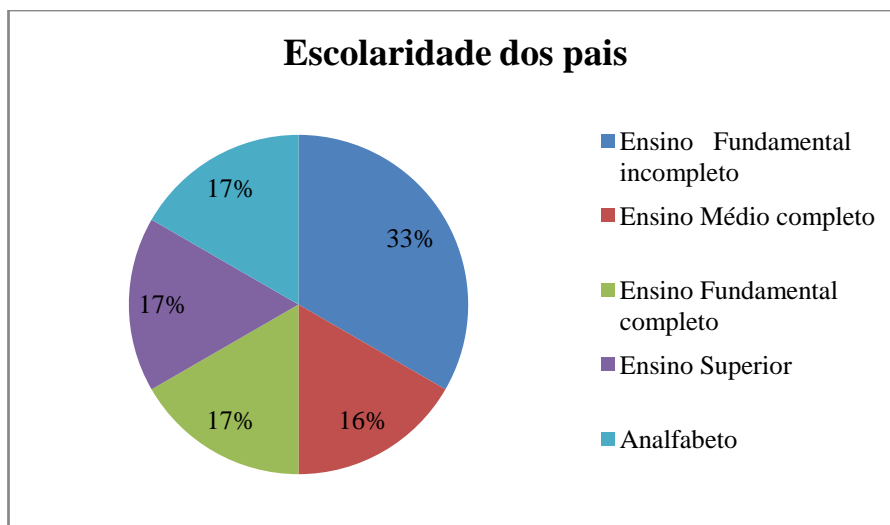
Ao analisarmos concomitantemente as ocupações dos pais declaradas pelos estudantes, é possível observar que o conjunto de ocupações aparece da seguinte forma:

- 1) Pai empregado em empresa privada+mãe desempregada
- 2) Pai empregado em empresa privada+mãe trabalhando informalmente
- 3) Pai empregado em empresa privada+mãe empregada doméstica
- 4) Pai servidor público+mãe autônoma
- 5) Pai trabalha informalmente+mãe empregada em empresa privada
- 6) Pai desempregado+mãe autônoma

A partir destas informações, observamos que somente os pais de um estudante possuem renda fixa mensal por estarem empregados formalmente. No entanto, apontamos também que estes pais são separados, não moram na mesma residência.

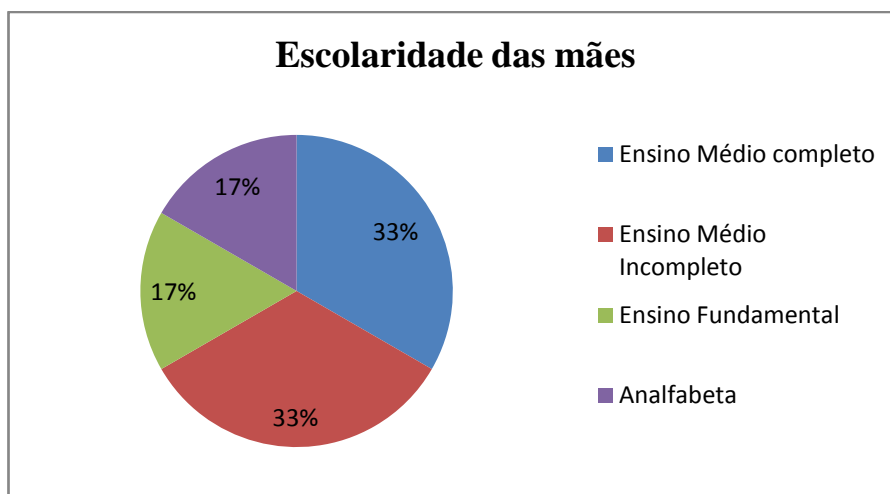
Esses dados sobre a ocupação dos pais nos leva a entender a condição de vulnerabilidade financeira vivenciada pela família que reflete na trajetória escolar do estudante. Dos 06 grupos de pais, 05 são constituídos por pelo menos 1 membro com emprego sem vínculo empregatício o que demonstra instabilidade financeira. Dessa forma torna-se necessário auxílio da AAA para que o estudante possa ter permanecer na universidade sem precisar exclusivamente da renda recebida dos pais.

Gráfico 08 – Dimensão percentual em relação aos níveis de instrução dos pais



Fonte: A autora, 2016

Gráfico 09 – Dimensão percentual em relação ao grau de instrução das mães



Fonte: A autora, 2016

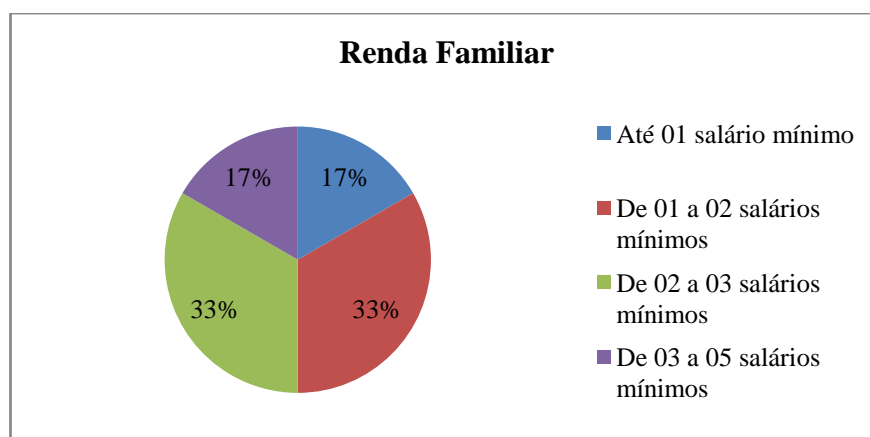
O gráfico de escolaridade dos pais aponta para um elevado nível de pais com baixa escolaridade. 67% dos pais não chegaram a cursar o ensino médio. Somente 01 pai cursou o ensino superior.

Observamos que as mães também possuem baixa escolaridade, no entanto, um percentual maior (66%) chegou a cursar o ensino médio. Nenhuma das mães chegou ao ensino superior.

De acordo com as informações do questionário, um estudante é filho de pais analfabetos e cursa faculdade federal em curso escolhido como primeira opção. Importante essa análise para constataremos o quanto se faz importante para este estudante concluir sua faculdade e mudar a situação de escolaridade familiar e construir novas expectativas para as gerações futuras. Estudante este que sem assistência estudantil não conseguirá prosseguir com os estudos devido ao elevado custo da faculdade.

Em relação à escolaridade dos pais (pai e mãe) podemos identificar através dos dados do gráfico que os estudantes, com exceção de 01, são a primeira geração da família a cursarem o ensino superior. Esses dados, apesar de não mostrarem a totalidade, apontam para o pouco acesso da população brasileira ao ensino superior, principalmente àqueles oriundos de grupos que vivem em condições de desigualdade e os originados da classe popular. Isto referenda a situação de desigualdade de acesso ao ensino superior no país, historicamente vivenciada.

Gráfico 10 – Dimensão Percentual dos estudantes em relação à renda familiar



Fonte: A autora, 2016

Os dados apontam que a maioria das famílias dos estudantes universitários atendidos na A.A.A. vive com renda familiar de até 03 salários mínimos, que atualmente corresponde a R\$2.640,00. São famílias compostas, em sua maioria, por quatro membros. De acordo com os estudos documentais e com as respostas dos questionários, pode-se verificar que as profissões que os pais ocupam não exigem muita escolaridade: porteiro, empregada doméstica, cuidadora de crianças, fotó-

grafa, operadora de caixa, diarista. Os salários mais altos são referentes à quantidade de tempo de serviço e as horas extras prestadas pelos porteiros, que estão inseridos no mesmo emprego desde sua juventude.

A família que vive com renda acima de 03 salários mínimos é a composta pelo pai que teve a oportunidade de cursar o ensino superior. A partir desses dados, pode-se inferir, então, que este nível de ensino possibilita, também, a ascensão financeira. Essa condição econômica que a família se encontra advém do emprego do pai que é servidor público na área militar e se torna uma facilidade em relação à permanência da jovem no curso escolhido, que exige a compra de materiais com custo alto para as aulas práticas. A família é constituída por pais separados e a jovem recebe pensão do pai para dar continuidade aos estudos.

De acordo com esse gráfico, percebemos que a desigualdade vivenciada pelos indivíduos de classes menos favorecidas que predominou na história de desenvolvimento do país, se mantém até os dias atuais. Esta desigualdade perpassa diversas variáveis, tanto na má distribuição de renda, como no acesso a serviços que efetivam os direitos constitucionalmente adquiridos, como é o caso da educação.

Diante desse estudo, podemos considerar que o perfil do estudante universitário estudado neste trabalho é constituído por jovens na faixa etária entre 19 e 21 anos, representando tanto pelo universo feminino quanto masculino, que residem com pais e irmãos menores. Sendo a maioria de pais separados tendo a mãe como referência na criação dos filhos. Estes jovens são oriundos, em sua maioria, de escola particular, as quais estudaram com bolsa de estudos integral em diferentes instituições privadas do município do Rio de Janeiro e atualmente estão inseridos em universidades públicas federais e universidades privadas com bolsa integral pelo programa ProUni.

As famílias, em sua maioria, são compostas por membros que se encontram inseridos no mercado de trabalho, mesmo que informalmente. Esses familiares tiveram pouco ou nenhum acesso à escolarização. Somente um membro de uma família teve acesso ao ensino superior. Esta situação influencia na renda da família que é composta de até três salários mínimos na maioria dos casos entrevistados.

Nesse contexto, o perfil do público universitário atendido pela A.A.A. se caracteriza como estudantes oriundos de famílias de classes populares que tiveram a

oportunidade de ingressar na A.A.A. e ainda no ensino médio. São estudantes que enfrentaram diversas questões apresentadas pela desigualdade social existente no país enquanto estudantes de escolas privadas e teve o apoio da instituição para prosseguir em frente. Atualmente encontram-se cursando o ensino superior, enfrentando algumas dificuldades nos aspectos econômicos e educacionais, entretanto, também convivem com facilidades que os estimulam e possibilitam seguir em frente para alcançar o objetivo de formação em nível superior, como veremos a seguir.

5.2

O cotidiano dos jovens universitários nas suas instituições de ensino no que se refere aos aspectos econômicos, de convivência e educacionais – dificuldades e facilidades.

Iniciamos a análise deste núcleo identificando os motivos que predominaram pela escolha do curso superior em que os estudantes ingressaram. De acordo com as respostas obtidas, a maioria foi por realização pessoal, somente 01 respondeu que o que o motivou foi a relação com as matérias de maior interesse no ensino médio e a relação com a área profissional do curso de primeira escolha em que não foi possível ingressar. Logo, é possível perceber que o universo estudado é constituído por estudantes que vêm no ensino superior a possibilidade de realização pessoal, talvez por serem os primeiros da família a ter acesso ao ensino superior, o que permite mudar a história familiar.

Apesar de a maioria ter o sentimento de realização pessoal, 50% declarou que não foi sua primeira opção de curso. Ingressaram em cursos de segunda ou terceira opção por não terem notas de corte suficientes para ingressarem no curso de primeira escolha. A partir de então, é possível confirmar que as dificuldades enfrentadas por esses jovens que vivem em condições de desigualdades sociais e/ou oriundos de classes populares iniciam já no acesso, que é restrito e não oferece a quantidade de vagas necessária para atender aos estudantes de forma universal.

Constatamos os desafios no acesso à universidade também quando observamos que 33% ingressaram em universidade privada após não conseguirem êxito

no vestibular das instituições públicas. Estes estudantes se mostraram satisfeitos, mas sabem que existem universidades melhores. Enquanto que os outros 67%, alunos de instituições federais estão satisfeitos por saberem que estão cursando as melhores universidades. Um dos aspectos que marca a diferença na qualidade do ensino nas instituições públicas e privadas em que os estudantes da A.A.A. estão inseridos é que a universidade privada está mais voltada para atender ao mercado de trabalho, enquanto que a universidade pública se torna de melhor qualidade por oferecer ao aluno o tripé ensino-pesquisa-extensão proporcionando, assim, uma educação mais ampla.

A desigualdade em acessar o ensino superior público faz com que o aluno opte por cursinhos pré-vestibulares para ter melhor aprendizado e consiga nota suficiente para ingressar, seja através do sistema de cotas ou por ampla concorrência. Em seus estudos, Zago (2006) faz uma análise sobre o ingresso dos alunos de classe popular à universidade e aponta que “ingressar em uma instituição com forte concorrência no vestibular pressupõe sem dúvida, uma formação anterior favorável” (p.230) e continua pontuando que “para preencher a lacuna da formação básica há uma forte demanda pelos cursinhos pré-vestibular, estratégia bastante generalizada entre os egressos do ensino médio” (p.231).

Os dados dos entrevistados reforçam essa informação, dos estudantes que ingressaram nas universidades federais, somente um não fez curso preparatório para o vestibular. Estes alunos foram orientados pelo Serviço Social da A.A.A. a se matricularem em cursos pré-vestibulares comunitários para um aprendizado mais específico para as provas de vestibular, tendo em vista as suas impossibilidades financeiras em pagar mensalidade em outros tipos de cursos preparatórios. Os estudantes passaram por um processo de seleção para ingresso no pré-vestibular, conseguiram vaga e cursaram concomitantemente com o último ano do ensino médio.

A trajetória escolar desses estudantes é marcada também pelo empenho aos estudos. A maioria foi bolsista de escola da rede privada a qual exige dos alunos bom rendimento escolar para que mantenham a bolsa de estudos. Esse rendimento também é cobrado pela A.A.A. que tem como critério de participação em seus projetos e programas o bom desenvolvimento acadêmico. Após ingressarem nas universidades, também são estimulados a terem o melhor desempenho possível e,

apesar das dificuldades educacionais enfrentadas 50% se consideram ótimos alunos e os outros 50% alunos medianos, estes últimos justificam que têm uma quantidade grande de matérias para estudar e por isso não conseguem o aproveitamento que gostariam. Logo, podemos inferir que as dificuldades educacionais não se definem pela falta de empenho aos estudos, mas sim que advém de situações adversas à vontade dos alunos. Uma dessas situações aparece no depoimento de um entrevistado:

Uma das dificuldades enfrentadas foi à falta de acesso a computador próprio para realização de disciplinas online. Para resolução do problema foi necessário um empréstimo de computador por terceiros. (estudante 3)

Caso a estudante não conseguisse cursar a disciplina online oferecida, ele iria passar por dificuldades no aprendizado desta e talvez não pudesse concluí-la. Esse tipo de situação apresentada impõe limites acadêmicos, como uma participação mais efetiva na disciplina online, e também perpassa fatores econômicos como a falta de recursos para utilização de computador próprio, equipamento que, nos dias atuais, se torna essencial na vida acadêmica.

Os demais estudantes que constituem o universo da pesquisa relataram que as maiores dificuldades são de cunho financeiro, pois o custo com livros, Xerox, transporte, alimentação é alto. Essas dificuldades materiais retratam o perfil do estudante atendido pela A.A.A., constituído por famílias que vivem em vulnerabilidade socioeconômica. Importante ressaltar também que as dificuldades financeiras se entrelaçam às educacionais, pois a partir do momento que não conseguem comprar os materiais necessários para o estudo, ficam com defasagem no aprendizado daquela disciplina. Outro fator que também causa essa defasagem é a impossibilidade de assiduidade às aulas devido à falta de recursos financeiros para custear transporte e alimentação. Essas situações retratam as condições de desigualdade vivenciadas pelos estudantes e apontam a necessidade de programas de assistência estudantil para garantir ao aluno sua formação universitária.

Em relação à convivência com os demais alunos da universidade, foi possível observar diante das respostas apresentadas que os estudantes não encontram problemas de relacionamento, como também não sofreram até o momento algum tipo de preconceito. Somente 01 disse que ainda está construindo amizades, estudante de Direito recém chegado à universidade. Zago em seus estudos explica que

“os sentimentos de pertencimento/não pertencimento ao grupo dependem muito do curso, da configuração social dos estudantes de uma determinada turma” (2006, p. 235). Nesse contexto, os universitários vêm-se entre os pares quando encontram outros estudantes com expectativas e experiências de vida semelhantes às suas. Podemos, então, inferir que seja este o motivo de a maioria dos estudantes entrevistados não apresentar problemas de relacionamento com os demais alunos.

Entendendo que a experiência vivenciada pelos universitários não se restringe somente às dificuldades, mas também é construída pelas facilidades encontradas no caminho, é que apresentaremos os dados obtidos sobre os depoimentos dos estudantes no que tange a este aspecto.

Esses dados se apresentaram da seguinte forma:

Entendimento das disciplinas estudadas (estudante 2);

Primeiramente ajuda da Associação de Assistência ao Adolescente e outra facilidade foi o curso não ter custo tão alto (estudante 6);

Compreensão das disciplinas (Estudante 3);

Ajuda para o valor do transporte, que seria a maior dificuldade enfrentada (estudante 5);

Proximidade entre a casa e a faculdade (estudante 4);

Novamente obtivemos respostas relacionadas aos aspectos educacionais e de cunho econômico e é possível observar que estes aparecem constantemente nas respostas, mesmo que as perguntas sejam diferentes.

Observamos também que nesta questão aparece, pela primeira vez, o nome da Associação de Assistência ao Adolescente como forma de contribuir para a permanência dos mesmos através da concessão de recursos financeiros como alimentação e transporte, sendo este fator uma facilidade para os estudantes.

5.3

A compreensão dos jovens universitários quanto aos programas de assistência estudantil oferecido pelas universidades

Considerando que as facilidades e dificuldades encontradas no cotidiano acadêmico influenciam na permanência dos estudantes na universidade, é que acrescentamos ao questionário perguntas que possibilitassem analisar o que os universitários entendem sobre políticas de assistência estudantil.

Iniciamos questionando os estudantes de uma forma mais ampla, com perguntas direcionadas sobre as políticas públicas de permanência aos estudantes de ensino superior no país, a fim de analisar quais as considerações eles apresentam acerca do assunto. As perguntas feitas possibilitaram os universitários uma maior reflexão e as respostas foram as mais variadas.

De acordo com as respostas obtidas, percebemos que é unânime a opinião de que o país deveria investir em políticas públicas de acesso e permanência do estudante ao ensino superior, vejamos os depoimentos:

Essas políticas públicas deveriam compreender suprimento integral de todas as necessidades financeiras dos universitários, tais como o aumento do limite de passagens do riocard passe livre, abranger o público que tem direito a esse benefício, tornar o acesso a tal menos burocrático, fornecer verba para alimentação e bolsa de auxílio para custos adicionais como xerox, palestras que são pagas e trabalhos da faculdade que demandam muito custo. (estudante 3)

Nesta resposta, o universitário abrange diversas dificuldades enfrentadas no dia a dia em relação aos aspectos socioeconômicos. Considera que uma política mais ampla poderia atender com maior qualidade os estudantes. Podemos destacar a fala sobre a burocracia ao acesso a certas políticas, o que pode ser um fator pelo qual abrange menos estudantes do que deveriam.

Quando o estudante aborda sobre a necessidade de as políticas públicas abrangerem o público que tem direito a esse benefício, podemos perceber que o mesmo tem conhecimento da situação de desigualdade que determinados grupos vivenciam em suas trajetórias universitárias.

Outra resposta que se assemelha a esta é a seguinte:

As políticas públicas de permanência aos estudantes de ensino superior no Brasil deveriam agregar não apenas descontos e bolsas na mensalidade, mas também auxílio com transporte, alimentação, xérox e demais despesas estudantis. Em relação ao transporte, até fornecem auxílio (Cartão Universitário), mas não são todas as pessoas que tem acesso a ele e há grande burocracia para a aquisição do mesmo. (estudante 2)

Estudante cursando graduação em universidade privada com bolsa pelo ProUni. Faz uma reflexão crítica sobre a falta de política de assistência estudantil no interior da universidade. Quanto ao transporte, a estudante é moradora da Baixada Fluminense e estuda no município do Rio e por esse motivo não tem direito ao Passe Livre Universitário, outro fator claramente questionado. Fica evidenciado, assim, que as políticas inclusivas através de concessão de bolsas de estudos nas universidades privadas necessitam vir acompanhadas de programas de permanência para os estudantes. Dessa forma, tanto o acesso quanto à permanência devem fazer parte da discussão no âmbito da democratizando visando a criação de programas que possam atender de forma completa os universitários.

Já na resposta a seguir, o estudante questiona o papel do Estado no que tange aos direitos sociais, enfatizando a importância de se ter mais políticas públicas voltadas para garantia do direito à educação.

Os alunos deveriam receber mais assistência do estado para que seu direito de possuir acesso à educação fosse efetivamente afirmado. (estudante 5)

Nesse sentido, entendemos que os estudantes inseridos no programa da A.A.A. conseguem ter uma visão crítica da realidade do país à medida que cobra do Estado um papel de efetivação do direito garantido constitucionalmente.

As respostas seguintes trazem um dado interessante quando aborda sobre a necessidade de políticas de permanência para que não haja evasão dos alunos.

Acredito que são bem interessantes. Digo as políticas que eram aplicadas antes dos cortes que acontecem em verbas do MEC desde 2014 e que vêm prejudicando a permanência de muitos estudantes nas Universidades. A ampliação destas políticas ainda é necessária, o que iria de encontro às decisões que estão sendo tomadas neste momento, porque apesar de elas já terem ajudado muitos a permanecer e cursar a graduação toda, o número de evasão ainda é muito grande. O que digo é, as políticas anteriores devem ser ampliadas e melhoradas mas já apresentavam certa eficácia, eficácia que está sendo minada por esse período de cortes do governo. (estudante 4)

Melhorar a assistência estudantil. Por exemplo, no meu caso, vejo muitas pessoas largarem o curso porque o investimento é alto. (estudante 1)

Nesta última fala também aparece em grande destaque o quanto à dificuldade econômica influência na permanência do estudante na universidade, tendo em vista os gastos que precisam ter.

Sabemos que alguns cursos requerem gastos ainda maiores, como é caso do curso de Odontologia, frequentado pela estudante do depoimento acima. Pois além dos livros, os materiais necessários para o aprendizado da prática também são muito caros.

O depoimento a seguir exemplifica de maneira clara a necessidade que os alunos oriundos das classes populares têm de receber auxílio devido sua condição econômica desfavorável.

Os alunos de baixa renda comprovada deveriam ter bolsa ao entrar para a universidade. Igual o que ocorre na UERJ, por exemplo.¹⁴ (estudante 6)

Ao analisar esses depoimentos, foi possível constatar que o universo de estudantes desta pesquisa considera necessárias políticas públicas voltadas para a assistência estudantil nas universidades. Mas quando indagados se possuem conhecimento acerca dos programas e políticas de assistência dentro das IES em que estão inseridos, a maioria demonstrou não saber o que a universidade oferece nesse campo.

Dentre as respostas obtidas, somente 02 responderam ter conhecimento e citaram os tipos de bolsas existentes:

1. “bolsa para alunos de baixa renda”
2. “bolsas para projetos de extensão, monitoria”

Embora tenham expressado as necessidades de políticas de permanência no ensino superior na questão anterior, os estudantes não conseguiram ter conhecimento exato do que a assistência estudantil oferece aos alunos dentro das univer-

¹⁴No caso da UERJ, há um programa que destina bolsa auxílio aos alunos cotistas, concedida mensalmente, para custeio de algumas necessidades, visando a não evasão e maior aproveitamento.

sidades. Considerando que a primeira resposta foi muita ampla, apesar de ter se aproximado mais do propósito e a segunda resposta demonstrou desconhecimento, pois esses tipos de bolsa existem, mas não fazem parte do programa de assistência estudantil.

Ressaltamos que a maioria dos alunos participantes da pesquisa está inserida na universidade desde 2013, são estudantes que já estão próximos do final de seus cursos ou já concluíram mais da metade e até o momento não tem conhecimento se existe ou quais as ações do programa de assistência estudantil dentro da universidade em que está inserido.

Quando indagados como deveriam ser as políticas de assistência estudantil dentro das universidades, verificamos que as narrativas dos estudantes demonstram o quanto essas políticas são insuficientes para atender as necessidades dos jovens universitários, principalmente os que vivem em situação de desigualdade social e/ou oriundos de classe popular.

Essas políticas deveriam abranger todos os cursos e serem de fácil acesso. (estudante 3)

Algumas prioridades deveriam ser repensadas para ajudar quem realmente mais precisa, devido a falta de verba e da situação econômica que estamos vivendo muitos que realmente necessitam ainda não recebem a ajuda necessária. (estudante 5)

Em relação às Universidades, essas políticas deveriam ser mais claras para que os estudantes tivessem conhecimento e melhor acesso. Não deveriam ser apenas no âmbito financeiro, mas também no social, psicológico e cultural. Uma vez que universidades contribuem não só para a formação profissional de um indivíduo, mas também na sua construção como pessoa e cidadão. (estudante 2)

Mais amplas. Expansão do alojamento estudantil, maior quantidade de bolsas transporte, ajuda de material didático. (estudante 6)

Neste aspecto, observamos que os estudantes pouco sabem sobre essas políticas e, logo, têm dificuldade também de se expressar de como gostariam que fosse, talvez pela pouca visibilidade que os programas de assistência estudantil têm nas universidades.

Importante ressaltar que os estudantes que fizeram parte desta pesquisa não recebem nenhum tipo de bolsa ou auxílio da universidade em que estuda, sendo auxiliados pela AAA através de um programa institucional destinado a contribuir para permanência do estudante em suas instituições de ensino e por suas famílias.

Diante do exposto, podemos refletir sobre diversas questões: como acontece a divulgação dos programas de assistência estudantil nas IES? Ao ingressar na universidade há explicação sobre quais os benefícios o estudante pode receber para que permaneça em condições dignas de prosseguir com seus estudos até a conclusão do curso? Dentro das universidades privadas há algum programa destinado a alunos cotistas/bolsistas?

5.4

O significado do Programa de Apoio Estudantil da A.A.A. para os universitários

Os estudantes que compõem o universo desta pesquisa são atendidos pela AAA através do Programa de Apoio Estudantil, que viabiliza recursos para que os mesmos mantenham-se na universidade aproveitando esse espaço o máximo possível. Com atividades socioeducativas e culturais, encaminhamentos para cursos de inglês e concessão de benefícios financeiros para custeio de transporte, alimentação e livros a AAA contribui para que o estudante permaneça na universidade até a conclusão de seus cursos.

As questões foram formuladas com o objetivo de saber se o trabalho da AAA contribui(u) para permanência dos estudantes na universidade e de que forma. Foi perguntado também sobre qual a ordem de importância dos benefícios recebidos pelos mesmos para que possamos refletir sobre a melhor forma possível de contribuímos para as necessidades destes estudantes.

Todos os entrevistados responderam que a A.A.A contribui para sua permanência na universidade.

Compreendendo que as dificuldades em permanecer na universidade perpassam várias questões, tais como econômicas, educacionais, culturais, a AAA oferece além dos recursos financeiros (alimentação, transporte, livros didáticos), atividades socioeducativas e culturais na perspectiva de que os estudantes estejam melhor preparados para lidarem com as dificuldades de permanência no ensino superior.

Abaixo, apresentaremos os tipos de benefícios recebidos pelos estudantes e de que forma influenciam na permanência dos universitários em suas instituições

de ensino. Pela maioria das respostas percebemos a importância do trabalho da instituição para permanência deles em suas instituições de ensino. Vejamos então:

Estudante 1: relatou receber auxílio para transporte, alimentação, livros didáticos. Ordem de importância dos benefícios recebidos: material escolar, passagem, apoio social.

A AAA me ajudou muito quando eu estava no colégio, pois a mensalidade era muito cara e seria impossível para os meus pais arcar com tudo.

Foi possível estudar no colégio excelente e obter êxito no vestibular. Sendo assim, conseguindo a minha vaga na faculdade pública.

A partir desse relato, percebemos que a estudante enfrenta dificuldades de permanência desde o ensino médio por ser bolsistas de escola particular. A AAA contribuiu não só para permanência como possibilitou o acesso da estudante ao ensino superior de qualidade. Estudante se beneficiou dos atendimentos sociais realizado pelo Serviço Social para saber lidar com as incertezas e medos que afligem os jovens vestibulandos, como também para o processo de autonomia e sociabilidade no contexto acadêmico.

Estudante 2: relatou receber auxílio para transporte e alimentação. Ordem de importância dos benefícios: transporte, alimentação, atividades culturais.

Com a renda que minha família recebia, não seria possível me manter estudando.

Estudante relatou claramente que sem ajuda econômica não conseguiria permanecer na instituição de ensino. Situação esta vivenciada por muitos jovens oriundos de classes populares que ingressam na faculdade e quando não conseguem ser assistidos por programas de assistência estudantil acabam evadindo. Entretanto, pontuou também a importância das atividades culturais como um facilitador para que acompanhe a rotina acadêmica.

Estudante 3: recebe auxílio para transporte, alimentação e curso de inglês

A faculdade demanda custos como passagem, alimentação e outros adicionais. A associação auxilia com o custo da alimentação e do transporte.

Estudante 4: recebe auxílio para alimentação e curso de inglês. Considera por ordem de importância o curso de inglês, alimentação para faculdade e transporte para curso de inglês.

Principalmente com ajuda ao lanche por passar na maioria dos dias, mais do que 4 horas dentro da faculdade. (vai a pé para escola).

Curso de inglês, hoje o mercado de trabalho é cada vez mais concorrido e saber o inglês não é nem mais um adicional, se tornou necessário e corriqueiro praticamente. O auxílio alimentação e o transporte para o curso de inglês é claro.

Já no relato desse estudante aparece também a importância do curso de inglês que faz gratuitamente a partir de parceria da A.A.A. com curso de idiomas. Diante das necessidades advindas do neoliberalismo, como melhor qualificação dos jovens para o mercado de trabalho, torna-se fundamental o aprendizado de idiomas. No caso dos universitários, alguns cursos exigem leituras em outro idioma e quando o estudante não tem conhecimento enfrenta dificuldades no aprendizado da disciplina. Se analisarmos o fato da universidade ser freqüentada majoritariamente por jovens das classes mais altas da sociedade, que estudam inglês desde crianças, podemos inferir que o estudante oriundo da classe popular que por vezes não tem condições financeiras de ingressar num curso de idiomas, acaba ficando à margem. Sendo assim, este fator também pode ser considerado uma dificuldade a ser superada pelo estudante, como pode também gerar preconceitos e discriminações. No entanto, com o auxílio recebido da AAA, o que seria dificuldade passa a ser uma facilidade no que tange a permanência.

Estudante 5: recebe auxílio transporte e curso de inglês

Todo apoio oferecido pelos membros da AAA e o suporte financeiro viabilizaram a minha permanência na universidade, suprimindo essa parte do orçamento que pesaria na renda mensal da minha família.

Estudante 6: recebe auxílio para transporte e alimentação

Além da ajuda financeira, que é importantíssima, sem a ajuda da AAA muito provavelmente não conseguiria me manter na faculdade, tem a formação como cidadão.

Os relatos indicam que no que tange às dificuldades enfrentadas na trajetória universitária, a grande maioria pontua o aspecto econômico como sendo o principal obstáculo para que permaneçam nas universidades. Os estudantes entrevistados não estão inseridos em programas de assistência estudantil nas universidades, caso não recebessem auxílio da AAA poderiam evadir dos cursos. De acordo com os dados de renda familiar analisados neste trabalho, confirmamos que as dificuldades econômicas enfrentadas pelos estudantes podem não ser supridas por conta dos baixos salários/remunerações recebidas por seus responsáveis.

Os dados obtidos nessa parte do estudo revelam que os estudantes usuários do Programa de Apoio Estudantil da AAA, se beneficiam das ações desenvolvidas tanto nos aspectos econômicos como no socioeducativo e cultural. Situação que nos assegura da importância de maior investimento em políticas públicas que dêem conta das desigualdades sociais existentes no país que excluem certos grupos de usufruir dos serviços que garantem os direitos constitucionais, como é o caso da educação.

Diante do que foi apresentado no decorrer deste trabalho, fica claro que apesar de expressar grandes avanços em termos legais, a Constituição Federal de 1988 não conseguiu em sua complexidade e totalidade garantir a aplicabilidade de seus ideais, uma vez que a história política, econômica, cultural e social da nação brasileira havia se consolidado mediante um processo exploratório, não democrático, baseado em relações desiguais. Dessa forma, se por um lado podemos reconhecer avanços significativos, por outro ainda temos muito que resolver para que o país alcance a educação necessária para mudar a realidade de vida de um indivíduo e de uma sociedade e atingir o crescimento a que se propõe.

O momento atual do país nos indica um caminho de retrocessos apontando uma crise dos diversos serviços estatais que efetivam os direitos sociais adquiridos e, no caso da educação, principalmente a pública, são diversas as dificuldades enfrentadas por conta da falta de investimento suficiente para atender a demanda apresentada pelos municípios. Faltam recursos materiais e humanos e projetos políticos condizentes com a realidade da população usuária destes serviços. Com a baixa qualidade no ensino básico, os alunos estão cada dia menos preparados para lidar com os exames de ingresso ao ensino superior público. Recentemente, O Estado do Rio de Janeiro anunciou uma crise econômica que afetou os serviços públicos oferecidos à população e o setor educacional, que já sofria com uma crise não anunciada, está bastante prejudicado. São escolas e universidades em greve, alunos sem aulas, funcionários e professores sem pagamentos, falta de materiais básicos nas instituições de ensino. A educação está um caos, afogada num discurso neoconservador e nas artimanhas do capitalismo selvagem que vai fragmentando as políticas sociais que viabilizam os direitos conquistados.

No entanto, apesar desse modelo de política fomentado pelo capitalismo, a sociedade civil representada pelos movimentos sociais continua na luta pela efetivação dos direitos já conquistados, bem como pela universalização e democratização do ensino, no que tange à educação.

Dessa forma, no primeiro capítulo fica claro que a questão da falta de escolaridade vivenciada durante todo o processo de formação do país por jovens de grupos que vivem em situação de desigualdade e de jovens de classes populares reflete na sociedade atual. Estes jovens fazem parte da população mais vulnerável da sociedade que, historicamente, não chega a ingressar em uma universidade, devido à baixa escolaridade que possui em sua formação básica e a acirrada disputa de vagas, ficando assim, em desvantagem no acesso ao ensino superior.

Uma das formas de enfrentamento para redução dessas desigualdades foi a criação da lei que cria as políticas de ações afirmativas no Brasil, após muita luta dos movimentos sociais organizados, que incentiva e democratiza o acesso ao ensino superior de grupos que vivem em desigualdade social e oriundos de classes populares. Através desse estudo foi possível compreender que essas políticas são de fundamental importância na história do país, visto que, após muitos anos de desigualdade, o acesso ao ensino superior se expande para atender aos grupos que estiveram excluídos de nível de ensino durante muitos anos. O acesso ao ensino superior através do sistema de cotas sociais e raciais ou através da concessão de bolsas de estudos fez com que as universidades experimentassem novas formas de diversidades, multiculturalismo e sociabilidade.

No entanto, essas políticas de ampliação de acesso devem vir acompanhadas de outras políticas e programas que possibilitem aos estudantes que vivem em condições de desigualdade a oportunidade de cursarem o ensino universitário com êxito e concluírem seus cursos como o desejado.

Ficou claro que o PNAES, trouxe contribuições para a efetivação dos direitos dos estudantes que ingressam nas instituições federais de ensino superior no Brasil, no entanto, os programas de assistência estudantil nessas universidades ainda são insuficientes para atender um quantitativo maior de estudantes que tem ingressado nas universidades em maiores quantidades a cada vestibular. Sendo necessário maior investimento e repasse de verbas para que as universidades possam ampliar as ações voltadas a esse programa.

A intervenção se faz necessária também no âmbito da ampliação de políticas e programas dentro das demais universidades públicas e privadas e/ou comunitárias que também estão recebendo mais estudantes a partir da expansão do acesso

ao ensino superior que vem se intensificando e oferecendo mais vagas e cursos nas universidades.

Outro ponto que chamou a atenção no que tange as políticas de acesso e permanência foi a falta de conhecimento dessas no interior das universidades por parte dos estudantes que compõem o universo da pesquisa. Quando indagados sobre como deveriam ser as políticas públicas no ensino superior e especificamente a política de assistência estudantil dentro das universidades, a maioria, criticamente, emitiu opinião considerando-as importantes para suprir as necessidades encontradas na trajetória universitária. No entanto, quando indagados se tinham conhecimento dessas políticas dentro das universidades responderam negativamente, tendo em vista que a maioria está inserida em instituições federais, as quais são amparadas pelo PNAES, fica-se evidente a falta de divulgação e ampliação do programa. Pode-se inferir também que o fato dos estudantes estarem inseridos no programa da A.A.A., se interessam menos em buscar programas de assistência estudantil dentro das universidades.

Nessa perspectiva, entendemos a necessidade de ampliação das políticas de assistência estudantil dentro das universidades como garantia de fortalecer e promover uma permanência mais ampliada, que não seja voltada somente para aspectos de cunho econômico, mas também para os aspectos culturais, educacionais, de formação.

A pesquisa com os estudantes proporcionou conhecer o perfil dos usuários do Programa da A.A.A., que se constituiu em:

- Universitários entre faixa etária de 19 a 21 anos, matriculados em diferentes cursos de universidades públicas federais e privadas;
- Residem com os pais e não tem renda própria para custeio de suas necessidades;
- Oriundos de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social;
- Os pais possuem baixa escolaridade e, sua maioria sem trabalho com vínculo empregatício, recebendo baixos salários/remunerações.

Esse perfil nos permite confirmar a situação de desigualdade que estes estudantes se encontram no que tange às necessidades socioeconômicas vivenciadas nos espaços da universidade. Estes estudantes, em sua maioria, optaram pelo ingresso no ensino superior para realização pessoal, talvez por serem os primeiros no círculo familiar a atingir um nível mais elevado de ensino.

Demonstraram que o trabalho da A.A.A tem grande importância em suas trajetórias universitárias a partir do momento que contribuem para a permanência deles nas universidades de forma a suprir as necessidades econômicas, principalmente. No entanto, reconhecem também que as atividades culturais e socioeducativas e o acompanhamento social são importantes para conseguirem, de forma satisfatória, se formarem no ensino superior.

Diante do exposto, esperamos por esse estudo que a A.A.A. possa ampliar e aprimorar o trabalho realizado pela concessão de benefícios assistenciais e atividades socioeducativas e pedagógicas. Que a A.A.A. nesta fase de transição/reestruturação vivenciada a partir de nova presidência e diretoria possa reconhecer o importante e necessário trabalho na garantia dos direitos dos jovens brasileiros no que tange ao acesso e permanência destes em suas instituições de ensino como um trabalho que contribui para além da formação dos jovens, mas também para uma sociedade justa e igualitária.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, M. A. O. **Políticas de ação afirmativa e ensino superior**: a experiência do curso de graduação em Serviço Social da PUCRio / Mônica Andréa Oliveira Almeida; orientadora: Vera Maria Ferrão Candau. – Rio de Janeiro : PUC, Departamento de Educação, 2003.

ALMEIDA, N. L.T. de. Descentralização e intersetorialidade: Desafios para a consolidação da política pública de educação. In **A intersetorialidade na agenda das políticas sociais**. Rio de Janeiro: Papel Social, 2013.

ALMEIDA, W. M. de. **Estudantes com desvantagens econômicas e educacionais e fruição da universidade**. Caderno CRH, Salvador, v. 20, n. 49, p. 35 a 46, jan./abr. 2007.

BARROS R.P., Henriques R & Mendonça R 2000b. **Desigualdade e pobreza no Brasil**: retrato de uma estabilidade inaceitável. Revista Brasileira de Ciências Sociais 15(42):123-142

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

_____. Ministério da Educação. Lei nº 9394, de 20/12/1996. Diário Oficial da União. **Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional**. Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação. Decreto nº 7234, de 19/07/2010. Diário Oficial da União. **Estabelece o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Brasília, 2010.

_____. Ministério da Educação. Decreto nº 7824, de 11/10/2012. Diário Oficial da União. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e instituições federais de ensino técnico de nível médio**. Brasília, 2012.

CARVALHAES, F.; Feres Junior, J.; Daflon V. **O impacto da Lei de Cotas nos Estados**: um estudo preliminar. Textos para discussão GEMAA (IESP/UERJ), n. 1, 2013, pp. 1-17.

CARVALHO, C. H. A. de. **O Prouni no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior**. Educação e Sociedade. Vol. 27, n. 96 edição especial. Campinas - SP, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a16v2796.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2016.

COSTA, S. G. **A permanência na educação superior no Brasil**: uma análise das políticas de assistência estudantil. IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis, novembro de 2009.

FONAPRACE. Disponível em <https://fonaprace.wordpress.com/>. Acesso em novembro de 2015.

FRANCO, M. A. C. **Acesso à universidade** - uma questão política e um problema metodológico. Educação e Seleção, n.12. Fundação Carlos Chagas: 1985

GEEMA, Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa. "**Ações afirmativas**" (2011). Disponível em: <http://gemaa.iesp.uerj.br/dados/o-que-sao-acoes-afirmativas.html>. Acesso em setembro de 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, J. B. B. **A recepção do instituto da ação afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro**. Revista de Informação Legislativa, ano 38, n.151, 2001.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional - 3. ed. - São Paulo: Cortez, 2000.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Senso da Educação Superior**. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>. Acesso em agosto de 2016.

LINHARES, M. HAAS, C. M. **Políticas Públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil?** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 93, n. 235, p.836-863, set./dez. 2012.

MAGALHÃES, R. P. de. **Assistência estudantil e o seu papel na permanência dos estudantes de graduação**: a experiência da universidade federal do rio de janeiro. Dissertação de Mestrado. PUC-Rio, Departamento de Serviço Social, 2013.

MARAFON, N. M. **A política de assistência estudantil na educação superior pública: uma avaliação do Programa Bolsa Permanência da UFSC (2008-2013)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2015. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/135271>. Acesso em 11 de julho de 2016.

MARCHALL, A. **Princípios de Economia**. Tratado Introdutório. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas)

MARCON, T. **Políticas de ação afirmativa no contexto da sociedade brasileira**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 93, n. 233, p.11-33, jan./abr. 2012.

MINAYO, M. C. S.. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes 1994.

_____, M. C. S. & SANCHES, O. **Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?** Caderno de Saúde Pública., Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

PENHA-LOPES, V. **Pioneiros: Cotistas na Universidade Brasileira**. Jundiaí, Paco Editorial: 2013.

PEREIRA, O. A. V. **Desigualdade de oportunidades educacionais no Brasil: o caso do ensino superior**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015. Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/114>. Acesso em 20 de junho de 2016.

PERONI, V.M. et.al. (Ed.) **Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização Neoliberal: entre o público e o privado**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

PINTO, M. de L. A. **Associação de Assistência ao Adolescente: Trajetória dos 50 anos 1945-1995**. Petrobras: Rio de Janeiro, 1999.

SANTOS, J. T. dos. **Ações afirmativas e educação superior no Brasil: um balanço crítico da produção**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 93, n. 234 (número especial), p.401-422, maio/ago. 2012.

SALVADOR, A. C. Política de ação afirmativa nas universidades brasileiras – uma alternativa para a redução das desigualdades sociais? In: **Pobreza e Desigualdade Social: ontem e hoje**; Gonçalves, R. S. (org). 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

SIMÕES, C. **Curso de Direito do Serviço Social**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2009

SOUZA e SILVA, J. de. **“Por que uns e não outros?”: Caminhadas de jovens pobres para a universidade**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2003.

SPOSATI, A. **Assistência Social, políticas públicas e participação pós Constituição de 1988**. Cadernos ABONG, série especial. Outubro 1995.

VASCONCELOS, N. B. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história de educação superior no Brasil**. Revista da Católica, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411,

2011. Disponível em www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica. Acesso em 10 de julho de 2016.

VERAS, M.P.B. 2003. Prefácio à edição brasileira, pp. 13-29. In S Paugam. **Desqualificação social** – ensaio sobre a nova pobreza. Trad. de C Giorgetti & T Lourenço. Ed. Cortez/Educ, São Paulo.

YAZBEK, M. C. **Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade**. In: Capacitação em serviço social e política social: módulo 4 : o trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000.

ZAGO, N. **Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares**. Revista Brasileira de Educação, maio/ago. 2006.

8

Apêndices

Questionário socioeconômico aplicado aos estudantes universitários atendidos pela AAA no ano de 2015. Instrumento utilizado para pesquisa do objeto em estudo.

8.1.

Questionário socioeconômico

Nome:

Sexo:

Idade:

Você mora com:

☐ pais ☐ avós ☐ parentes ☐ casa do estudante ☐ pensionatos ☐ outros

Onde fez os estudos do ensino médio?

- ☐ todo em escola pública
☐ todo em escola particular,
☐ parte em escola pública e outra em particular

Fez curso preparatório para prestar vestibular?

Estuda em qual universidade?

- ☐ Pública, nome:
☐ Privada, nome:

Qual o curso?

Quando iniciou?

Sobre a escolha do curso:

- ☐ sempre foi minha primeira opção
☐ foi minha segunda ou terceira opção

() vim para este curso porque foi o único que consegui nota para ingressar, pretendo mudar de curso

Qual o motivo predominante da escolha:

- () mercado de trabalho
- () prestígio social da profissão
- () baixa concorrência de vagas
- () possibilidade de realização pessoal
- () influência de familiares
- () qualidade do curso
- () outros, _____

Sobre o andamento do curso, como você se considera:

- () um ótimo aluno
- () um aluno mediano, dificuldades enfrentadas: _____
- () um aluno ruim, dificuldades enfrentadas: _____
- () um péssimo aluno, dificuldades enfrentadas: _____

E quanto à universidade que está inserido:

- () considero-a uma das melhores na área
- () estou satisfeito, mas sei que existem outras melhores
- () estou satisfeito, pois é a que consegui cursar
- () não gosto da faculdade porque _____

Tem algum tipo de bolsa ou apoio da na universidade?

- () sim, qual? _____
- () não

Conhece os tipos de bolsas de assistência estudantil existentes na faculdade?

- () sim, qual _____
- () não

Faz estágio remunerado?

()sim ()não

Tem algum tipo de responsabilidade nas finanças de sua casa?

()sim, qual?

()não

Qual a ocupação de seu pai?

()meu pai é falecido

()servidor público

()empregado em empresa privada

()comerciante, qual área?_____

()trabalha informalmente

()autônomo, qual área?_____

()empregado doméstico

()desempregado.

()aposentado

Qual a ocupação de sua mãe?

()minha mãe é falecida

()servidora pública

()empregada em empresa privada

()comerciante, qual área?_____

()trabalha informalmente

()autônoma, qual área?_____

()empregada doméstica

()desempregada

()aposentada

Qual o nível de instrução da mãe ou responsável?

()analfabeta

()ensino fundamental completo

()ensino fundamental incompleto

- ☐ ensino médio completo
- ☐ ensino médio incompleto
- ☐ ensino superior completo
- ☐ ensino superior incompleto
- ☐ pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado)

Qual o nível de instrução do pai ou responsável?

- ☐ analfabeto
- ☐ ensino fundamental completo
- ☐ ensino fundamental incompleto
- ☐ ensino médio completo
- ☐ ensino médio incompleto
- ☐ ensino superior completo
- ☐ ensino superior incompleto
- ☐ pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado)

Quantas pessoas moram em sua residência, incluindo você?

- ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ou mais

Qual a renda líquida mensal da família, em reais:

- ☐ Até 880,00
- ☐ de 880, até 1.760,00
- ☐ de 1.761,00 até 2.640,00
- ☐ de 2.641,00 até 4.400,00
- ☐ acima de 4.400,00

Você já encontrou dificuldades no que se refere a sua permanência na universidade?

- ☐ sim, Qual ou quais? _____ (caso marque esta, responda a pergunta seguinte)
- ☐ não

Como você lidou com essa(s) dificuldade(s)?

E facilidades, quais você teve?

Como você descreve a sua convivência com os alunos da universidade em que estuda?

Já sofreu algum preconceito dentro da universidade?

() sim, de que tipo _____

() não

Como você acha que deveriam ser as políticas públicas de permanência aos estudantes de ensino superior no Brasil?

Como você acha que deveriam ser as políticas de assistência estudantil dentro das universidades?

O trabalho realizado pela Associação de Assistência ao Adolescente contribui(u) para sua permanência na universidade? De que forma?

Que benefícios você recebe(u) da AAA?

Estes benefícios contribuíram para a sua permanência na Universidade? De que maneira?

Por ordem de importância do maior para o menor, quais foram os benefícios mais importantes?